

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 30 | Nº 11 | NOVEMBRO 2010 | R\$ 15,00



AGROANALYSIS
30 ANOS

REDD ESPERANÇA DE SALVAÇÃO PARA AS FLORESTAS TROPICAIS

CRÉDITO Financiamento para a produção sustentável

ÁFRICA Um continente de oportunidades

ESPECIAL PECUÁRIA Desafios para a sustentabilidade no setor

O agronegócio é o seguinte

Em nome da sustentabilidade

A PRESENÇA da bandeira da sustentabilidade se faz presente de forma cada vez mais marcante. No agronegócio tudo isso acontece mesmo depois da decepção com o resultado apurado na 15ª versão da Conferência das Partes (COP-15), do Quadro de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas, em Copenhague, na Dinamarca, no ano passado. Agora, a atenção fica voltada para COP-16, a ser realizada em Cancún, no México, no próximo mês de dezembro. A tomar por base as três reuniões preparatórias para o evento, as perspectivas não dão sinais de uma tomada de decisões impactantes.

O impasse em torno do estabelecimento das metas de corte dos gases de efeito estufa para o período pós-Protocolo de Kyoto, de 2013 a 2017, está longe de ser contornado. Também falta a definição das fontes financiadoras do Fundo criado na COP-15 para os países enfrentarem as mudanças climáticas. Sobre a esperança de uma agenda carregada e pressionada, com pouco tempo para se definir a fase pós-Kyoto, na COP-17, a ser realizada na África do Sul. Dentro deste tema, a **Agroanalysis** ressalta a importância das florestas para a humanidade, como revela publicação na revista *The Economist*, em sua edição de 23 de setembro. O Brasil é apresentado como um exemplo de nação que estaria mudando suas estatísticas de desmatamento e despontando como a única economia emergente realmente comprometida com o meio ambiente. Esse exemplo poderia aumentar, porém, as nações ricas ainda são resistentes em contribuir pela remuneração de serviços florestais em países em desenvolvimento.

O caderno da Pecuária de Corte brasileira discute os rumos da atividade na visão econômica, social e ambiental. Depois de longo período de elevado abate de matrizes, principalmente entre 2002 e 2006, o rebanho nacional se ressentiu da falta de animais de reposição: bezerros e boi magro. Esse fenômeno estrutural coincide com uma entressafra de inverno extremamente seco. As pastagens sentiram bastante, e caíram as suas capacidades de apascentarem animais. Por sua vez, as condições prevalentes em junho, em termos de projeções de receita e custo, não recomendavam o confinamento. Com a retomada das exportações, os preços internos da arroba do boi entraram em trajetória recorde.

É interessante notar o encolhimento da pecuária na conjuntura global. Desde 2002, as pastagens da Austrália padecem com a falta de chuvas, enquanto as políticas argentinas limitam as exportações e priorizam a sua produção para o abastecimento interno. Nos Estados Unidos, as subidas nos preços dos grãos encarecem e desestimulam a produção. O Brasil, sozinho, não conseguirá compensar essa redução na oferta dos outros países, mas continuará a sofrer pressões com relação a desmatamento e queimadas para formação de pastagens. Assim, o contexto global aponta para uma disponibilidade apertada de carne bovina em 2011 e 2012.

O II Fórum Inovação, organizado pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), trouxe para o debate o tema Agricultura e Alimentos para o Desenvolvimento Sustentável. Existem dois ângulos para tratar a questão: na ótica da produção e na do abastecimento.

A FAO alerta para a existência de um bilhão de pessoas que passam fome no mundo. Esse número revela a frustração com as Metas do Milênio, traçadas em 1996, de reduzir o número de pessoas que passam fome para menos de 500 milhões. Na produção agropecuária, o Brasil é exaltado pela sua capacidade de desenvolver tecnologias compatíveis com as boas práticas agrícolas, como o sistema de plantio direto na palha e a integração lavoura, pecuária e silvicultura. Na condição de possuir as últimas grandes fronteiras agrícolas e continuar na sua missão de importante celeiro do mundo, o desafio da agricultura nacional estará em perseverar na trilha da sustentabilidade.

Nas cadeias produtivas do agronegócio, os elos se aproximam para desenvolver um processo de produção mais racional e técnico. Questões associadas a resíduos e aos elementos tóxicos são cada vez mais tratadas com particular zelo. A consciência desse processo permeia os fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos, os produtores, o processamento e os agentes da distribuição. O consumidor quer o alimento seguro e sem risco para a saúde, com o apoio sensível da mídia. A tecnologia é sempre vital para trazer soluções que elevem a produtividade agrícola e melhorem a qualidade dos produtos. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola
do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves,
Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin,
Luís Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura
de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Juliana Paiva

Revisão: Raphael Messias

Fotos: istockphoto, sxc.hu e Getty Images.

Secretaria e administração: Debora Durazzo

Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria
e Comunicação, Tel.: (11) 4243-9702, e-mail: jcotrim@terra.com.br.

Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-3220,

Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar,

Tel.: (11) 3799-3220, Fax: (11) 3262-3569

www.fgv.br/agroanalysis



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo
e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como
pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade
atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente
Economia e Administração, bem como contribuir para
a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos
Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,
Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel

Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque

Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado,

Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de

Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Dante Letti (Souza Cruz
S.A.), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa

da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia),

Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão

(Banco Bradesco S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo

Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Raquel

Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim

Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros

Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do

Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação

Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa

Werlang, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

Suplentes: Aldo Floris, José Luiz Marques Lino (VALE S.A.), Luiz Roberto

Nascimento Silva, Karine Brandão (Brascan Brasil Ltda.), Ney Coe de

Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo

Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de

Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Pedro

Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café

Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS

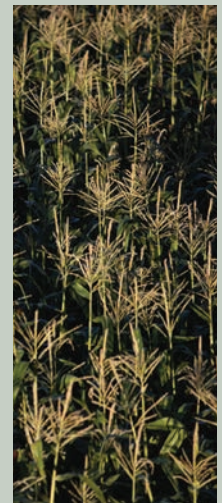
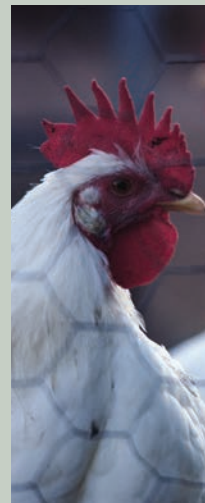
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

- 6 Helder Muteia
- 9 Macroeconomia
- 10 Agrodrops
- 12 Frases e comentários

Crédito

- 13 Programa ABC

Agroenergia

- 15 África
- 16 Açúcar

Sustentabilidade

- 17 Importância das florestas
- 20 COP-16

Especial II Fórum Inovação

- 23 Agricultura e alimentos para o futuro sustentável

Especial

- 31 Pecuária Sustentável

Especial OCB

- 42 Novo Código Florestal
- 44 Diário de bordo
- 45 Produzir
- 46 Opinião
- 47 Serviço ao agronegócio

REDD



- 17 Esperança de salvação para as florestas tropicais

Especial Pecuária



- 31 Desafios para a produção sustentável

Crédito



- 13 Financiamento para a produção sustentável

Helder Muteia

Representante da FAO no Brasil

Produzir mais e melhor

Por Bruno Blecher

DESDE que chegou ao País, há dois meses, o moçambicano Helder Muteia, representante da FAO no Brasil, vem estudando os programas públicos de apoio à agricultura familiar, combate à pobreza e segurança alimentar. Seu objetivo é buscar caminhos para adaptar e replicar algumas dessas experiências nos países africanos, onde se concentram cerca de 250 milhões do contingente de mais um bilhão de subnutridos do mundo.

“O Brasil é um grande laboratório. A tecnologia de agricultura tropical desenvolvida aqui permitiu um salto na produção agrícola, e programas como o Mais Alimentos podem servir de modelo para outros países agrícolas”, diz Muteia.

Além da tecnologia, é preciso garantir renda aos pequenos produtores rurais para quebrar o círculo vicioso da pobreza e da fome, acrescenta Muteia: “Os agricultores precisam ter acesso ao mercado para vender suas safras a preços justos. Se vencermos a pobreza, poderemos erradicar a fome no mundo.”

Helder Muteia participou em outubro do Fórum Inovação Agricultura e Alimentos Para um Futuro Sustentável, realizado em São Paulo. O evento foi promovido pela FAO, Associação Brasileira de Agronegócio (Abag) e Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).

AGROANALYSIS Os mais recentes números divulgados pela FAO indicam uma queda da fome no mundo. É um bom sinal?

HELDER MUTEIA É verdade. Os dados mais recentes da FAO mostram que o número de pessoas subnutridas no mundo teve a



Oripides Ribeiro

“A insegurança alimentar é causada pela pobreza, que por sua vez deriva da desigualdade social”

primeira queda em 15 anos em 2009. Caiu de 1,023 bilhão para 925 milhões. Mas embora tenha havido uma redução de 98 milhões de pessoas no total de subnutridos, o número continua alto, acima do objetivo estabelecido pelas metas do milênio, que era o de reduzir pela metade o número de vítimas da fome no mundo até 2015. Esta pequena redução nos números da fome não nos entusiasma. Depois de ter aumentado no período entre 2006 e 2009, devido principalmente à alta dos preços dos alimentos e aos efeitos da crise econômica mundial, tivemos uma redução este ano. É um reflexo da recuperação da economia mundial e de uma estabilidade nos preços dos produtos agrícolas.

AGROANALYSIS Mas os preços de alguns produtos voltaram a subir neste segundo semestre.

HELDER MUTEIA Isso nos preocupa. Os dados sobre a fome não contabilizam as crises no Paquistão e no Haiti e também a seca na Rússia, que provocou uma forte alta nos preços do trigo, com reflexos também nas cotações do milho e da soja. Estamos apreensivos em relação aos impactos desses fatores.

AGROANALYSIS A produção de biocombustíveis a partir de produtos como a cana-de-açúcar e o milho é responsável pela alta dos preços dos alimentos?

HELDER MUTEIA O que preocupa mais é o álcool produzido com o milho, como acontece nos Estados Unidos. Em 2008, houve um movimento dos capitais para a produção de biocombustível. O milho, base do etanol americano, concorre diretamente com a alimentação humana. Mas não deve haver radicalismo nesta discussão sobre a utilização da terra para a produção de alimentos e biocombustíveis. É preciso garantir os recursos para os dois. Na Índia, por exemplo, que tem escassez de terras para a agricultura, a opção encontrada para a produção de biocombustíveis foi utilizar áreas marginais.

AGROANALYSIS Quais são os países mais afetados pela fome?

“A fome não é um dado estatístico. Ela dói, degrada a pessoa e mata”

“Não deve haver radicalismo na discussão sobre a utilização da terra para a produção de alimentos e biocombustíveis. É preciso garantir os recursos para os dois”

HELDER MUTEIA No sul da Ásia, mais de 600 milhões de pessoas passam fome. Na África, há cerca de 250 milhões, a maioria na chamada África Subsaariana, que corresponde à região do continente ao sul do Deserto do Saara. Na América do Sul e no Caribe, a estimativa é de 56 milhões de subnutridos. Em relatório divulgado na semana passada, a FAO informou que 22 países do mundo estão em crise prolongada. São países com elevados índices de fome e que já enfrentam crise alimentar há mais de dez anos. A fome não é um dado estatístico. Ela dói, degrada a pessoa e mata. Para as pessoas que moram no conforto das grandes cidades é difícil compreender esta realidade. A cada cinco minutos, uma criança com menos de cinco anos morre de fome no mundo. A alimentação não é um simples direito, mas uma precondição do ser humano. Sem alimentos, nós não pensamos, não conseguimos agir.

AGROANALYSIS Como erradicar a fome no mundo?

HELDER MUTEIA Nosso grande desafio é produzir mais e melhor. Pelas projeções da ONU, o mundo terá nove bilhões de habitantes daqui a 40 anos, em 2050. São dois bilhões a mais do que hoje. Para atender a toda essa população, a agricul-

tura mundial terá de aumentar em 70% a produção de alimentos. Vamos ter de produzir mais. E não só isto, vamos ter de produzir melhor, diante da ameaça do aquecimento global. Produzir com sustentabilidade, ambiental e social. A campanha da FAO este ano tem como lema Unidos contra a Fome. Nós temos consciência de que não é possível derrotar a fome sozinhos. A erradicação da fome exige o empenho de vários atores: governantes, produtores, agrônomos, cientistas, fabricantes de máquinas agrícolas, empresas de fertilizantes, supermercados. Hoje, o mundo produz alimento suficiente para abastecer todo o planeta. O grande problema está na distribuição. A desigualdade e a pobreza são as maiores causas da fome. A insegurança alimentar é causada pela pobreza, que por sua vez deriva da desigualdade social, dos desastres naturais e das guerras, que aumentam as populações vulneráveis.

AGROANALYSIS O Brasil desenvolveu nas últimas décadas uma tecnologia de agricultura tropical que possibilitou um grande salto na produção. Hoje, o País é uma potência agrícola e está entre os líderes mundiais na produção de soja, café, carnes, suco de laranja, açúcar, en-



Orlides Ribeiro

ção a intermediários e caminhoneiros. O combate à pobreza no campo requer, além da tecnologia, um programa de financiamento para compra de insumos e maquinários, além de seguro agrícola e outras precondições para uma agricultura competitiva. Os governos também precisam investir em infraestrutura, armazenagem, estradas e portos.

AGROANALYSIS Como o Brasil pode colaborar na guerra contra fome no mundo?

HELDER MUTEIA O Brasil hoje é um grande laboratório para a FAO. Quando Jacques Diouf, diretor-geral da FAO, me nomeou representante no Brasil, ele pediu para que eu observasse com atenção as políticas públicas do Brasil na área da segurança alimentar. Programas como Fome Zero tiveram sucesso e foram bem avaliados pela FAO. Isso se deve em grande parte ao dinamismo do agronegócio brasileiro. A consolidação da economia também contribuiu para a redução da pobreza. As políticas de inclusão social desenvolvidas por aqui podem ser replicadas para outras partes do mundo. O grande patrimônio do Brasil é a diversidade de atores no campo do agronegócio: a Embrapa, as universidades, os institutos de pesquisa, as cooperativas, as entidades setoriais, as empresas de máquinas e insumos.

AGROANALYSIS A biotecnologia também não pode ser uma ferramenta importante para aumentar a produção e combater a fome?

HELDER MUTEIA É uma oportunidade. Mas precisamos garantir que esses produtos sejam testados para não oferecerem riscos aos agricultores, aos consumidores e à natureza. É importante lembrar que a biotecnologia é cara e, muitas vezes, favorece mais os monopólios do que os produtores rurais. Mas se tiver uma abordagem ética e científica, a biotecnologia pode ser um ganho à sociedade. Da mesma forma, o uso de agroquímicos deve ser feito de forma cautelosa, na medida certa. ■

“Hoje o mundo produz alimento suficiente para abastecer todo o planeta. O grande problema está na distribuição”

tre outras *commodities*. A transferência dessa tecnologia a pequenos produtores agrícolas não poderia ajudar a combater a fome na África?

HELDER MUTEIA Os cerrados brasileiros são parecidos com as savanas africanas, terras que a princípio são consideradas de baixa produtividade, mas que podem ser corrigidas, como se fez aqui no Brasil. O conhecimento que o Brasil acumu-

lou nas últimas décadas pode e deve ser transferido. Mas é preciso entender que só tecnologia não basta. É preciso facilitar o acesso dos pequenos agricultores aos recursos naturais, ao crédito e principalmente aos mercados. Os agricultores não estão no campo por questões morais. Eles querem e precisam ganhar dinheiro. Precisam vender as suas safras a preços justos e não entregá-las a qualquer pre-

Macroeconomia

Perspectivas do Crescimento em 2011

Rogério Mori*

O ANO de 2010 foi marcado enormemente por um cenário benigno em termos econômicos. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano deverá ser significativamente expressiva e superior a 7% em relação ao ano anterior. O lado bom desse crescimento é que ele foi liderado pela retomada dos investimentos produtivos, com uma retomada substantiva da produção de bens de capital. Essa característica, caso seja mantida nos próximos anos, permitirá um crescimento econômico do País em bases mais sustentáveis e sem pressões inflacionárias significativas. Na esteira desse processo, a taxa de desemprego recuou significativamente e atingiu os menores níveis da década. Ao mesmo tempo, a dinâmica de expansão do crédito privado permitiu um crescimento expressivo da demanda em vários setores de consumo (bens duráveis e novas residências, por exemplo).

Do lado da inflação, por sua vez, as altas expressivas do começo do ano (motivadas por choques adversos de alimentos, principalmente), foram seguidas por variações mais moderadas dos preços na economia brasileira.

No *front* externo, o ambiente continua se mostrando relativamente favorável para a economia brasileira. Nesse contexto, nossa economia mostrou uma elevada capacidade de reação frente aos problemas enfrentados em fins de 2008 e no início de 2009. Esse quadro, aliado à solidez

do sistema bancário brasileiro e à ausência de problemas similares aos verificados na economia americana, tornou o Brasil um grande atrativo de capitais externos, e, com isso, os ingressos de recursos internacionais no País foram maciços. Com isso, os preços dos ativos na economia brasileira subiram significativamente nos últimos meses.

A questão que se coloca, a partir de agora, remonta a como será o desempenho da economia brasileira em 2011 e quais os desafios que despontam no horizonte. Nesse sentido, as projeções de crescimento para o ano que vem apontam para bases mais moderadas de expansão do produto. Esse processo representa uma acomodação natural do crescimento, uma vez que o resultado de 2010 é influenciado pelo desempenho do ano anterior, que foi duramente afetado pela crise de fins de 2008.

No entanto, manter uma trajetória de crescimento no patamar de 4% a 5% em bases anuais, sem a formação de pressões inflacionárias significativas, requer que o patamar dos investimentos produtivos seja mais elevado em relação ao verificado na última década. Isso significa uma clara inversão em relação à estrutura de expansão da demanda agregada dos últimos dez anos. Nesse sentido, os investimentos produtivos, que representam uma componente de demanda em um primeiro momento, expandem a capacidade de oferta mais adiante, permitindo o cres-

cimento da demanda agregada de forma mais acelerada e em bases mais sólidas no longo prazo.

Outro desafio que se apresenta ao Brasil neste momento refere-se à questão das contas externas. Nesse sentido, o influxo de capitais estrangeiros para o nosso país tem pressionado a cotação da moeda norte-americana para baixo ao longo dos últimos meses.

No curto prazo, o déficit na conta corrente tem sido financiado com sobras pelos ingressos de recursos externos. No entanto, caso esse processo prossiga, isso representará um aumento cada vez maior da vulnerabilidade externa do País. Em outras palavras, caso ocorra uma súbita reversão no fluxo de capitais externos, a economia brasileira sofrerá turbulências consideráveis.

Sob essa perspectiva, dado o cenário de baixo crescimento nas economias desenvolvidas e os riscos de uma nova rodada da crise internacional, a abundância de liquidez internacional deverá permanecer. Isso significa que a tendência de apreciação cambial deverá ser mantida nos próximos meses.

O governo atual tem atuado no sentido de tentar conter esse movimento. Esse é um desafio que deverá ser colocado ao próximo governo. ■

*Professor da FGV/EESP e coordenador do Núcleo de Acompanhamento da Conjuntura Econômica (Nace) no Cemap da FGV/EESP

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

SEM ESPECULAÇÃO

O que vai ditar o mercado de soja no ano que vem é a lei da oferta e da demanda, e não a especulação. É o que diz o economista Flávio Roberto de França Junior, da Agência Safras. Para ele, os preços em 2011 serão “firmes e consistentes”, devendo ficar na faixa entre US\$ 9 e US\$ 10 o *bushel*.

CALDO DE GALINHA

Para o agricultor, o analista recomenda cautela. “Não se deve ter pressa para comercializar a safra. O produtor deve aproveitar os bons preços, mas seguir uma linha conservadora”, recomenda.

OTIMISMO

“Estou otimista, o preço da soja era para despencar, mas está positivo. Se tivesse mais capital, faria opções e esperaria os preços subirem ainda mais”, diz o presidente da Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso (Aprosoja), Glauber Silveira.

MERCADO FUTURO

Os contratos futuros de soja, em Mato Grosso, já atingiam 40% da safra prevista para 2010/2011 no dia 20 de outubro. A colheita deve ocorrer somente a partir de janeiro devido ao atraso das chuvas.

SAFRA MENOR

A safra 2010/2011, ainda em fase de plantio, pode ser menor do que a deste ano, quando foram colhidas quase 149 milhões de toneladas. A primeira estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) aponta para uma redução entre 887 mil e 3,1 milhões de toneladas. Os produtores diminuíram os plantios de soja e de milho nesta temporada.



SUCESSO GLOBAL

Excelência em manejo florestal, alta produtividade e sustentabilidade. O sucesso global do setor de celulose e papel do Brasil é resultado da combinação desses três atributos, segundo Horacio Lafer Piva, presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). O principal diferencial do País, em um mercado global altamente competitivo, é que 100% da produção de celulose e papel vêm de florestas plantadas, recursos naturais renováveis que também absorvem grandes quantidades de dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera, contribuindo para mitigar os efeitos do aquecimento global.

SÓ EM DEZEMBRO

O próximo levantamento sobre a safra brasileira de café só será divulgado no dia 14 de dezembro. Os técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) querem avaliar com mais atenção a florada do café. O mais recente levantamento da safra 2010 estimou a produção nacional em 47,2 milhões de sacas de 60 quilos, com aumento de quase 20% em relação à safra anterior.

VALOR DA PRODUÇÃO

O valor da produção agrícola brasileira caiu 5,3% em 2009, para R\$ 140,8 bilhões, com redução de R\$ 8 bilhões em relação ao registrado no ano anterior. Os dados foram divulgados em outubro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento investigou 64 produtos em 5.565 municípios.

FEIJÃO COM ARROZ...

Os números divulgados pela Conab também mostram um aumento na produção de feijão e de arroz nesta safra. A colheita de feijão pode render 3,4 milhões de toneladas, 5% a mais do que neste ano. A de arroz é estimada entre 12 e 12,2 milhões de toneladas.

NOVOS SILOS

Nesta safra de verão, os associados da Cocamar vão contar com novos silos em Maringá, Iporã e Cianorte. Com isso, a capacidade estática de armazenagem da cooperativa vai passar de 601 mil toneladas para 683 mil toneladas.

LUZ DA CANA

A Usina Termelétrica Barra Bioenergia, em Barra Bonita (SP), inaugurada pela Cosan em setembro, vai produzir energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar. Será capaz de abastecer uma cidade com cerca de 1 milhão e 200 mil habitantes.



TÚNEL DO TEMPO

“Continua bem indefinido o quadro de plantio de cereais e oleaginosas para a safra 2005/06. Qualquer prognóstico ainda está sujeito a uma série de fatores. É certa que uma parcela da área de soja será substituída por milho. No algodão e arroz também deverá haver recuo. A primeira estimativa de colheita será divulgada pelo Mapa em meados de novembro”

AGROANALYSIS, outubro de 2005



ALGODÃO FORTE

A Conab prevê uma forte expansão da área de algodão, que deve ter acréscimo de até um milhão de hectares nesta safra. Os bons preços do produto no mercado internacional, que alcançaram cotações recordes na bolsa de Nova York, estimulam o plantio. Com isso, a Conab espera um aumento entre 32% e 39% na produção.

RECORDE NA EXPORTAÇÃO US\$ 72,3 BILHÕES

Foi o valor apurado com as vendas externas do agronegócio nos últimos doze meses (outubro de 2009 e setembro de 2010)

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

BIODIVERSIDADE

A Organização das Nações Unidas (ONU) estima entre US\$ 2 e US\$ 5 trilhões o custo anual para o mundo decorrente das perdas da biodiversidade. O alerta foi feito na Conferência sobre Diversidade Biológica (COP-10), em Nagoya, no Japão.

PELO CANO

Até 2013, a Uniduto Logística espera concluir uma dutovia de 612 km, que vai passar por 45 municípios de São Paulo e transportar cerca de 16 bilhões de litros de etanol ao porto. O projeto, em fase de licenciamento ambiental, prevê dois terminais de distribuição para o mercado interno (Paulínia e São Paulo), além de um terminal para exportação em Praia Grande.

“O trigo desta safra está uma beleza, tem um conteúdo de proteína elevado, mas na média não serve para fazer pão”

LAWRENCE PIH,
presidente do Moinho Pacífico

“Nós aprendemos que milho a gente dá para galinha, para engordar e para a gente comer depois”

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
presidente da República,
ao criticar o etanol de milho
produzido nos EUA

“Há otimismo excessivo em relação ao Brasil. A valorização do real e a elevação do custo-Brasil reduzem demais a competitividade da nossa economia”

JOSÉ ROBERTO MENDONÇA
DE BARROS, economista



UN Photo/Paulo Filgueiras

Os seres humanos estão destruindo as bases que sustentam a vida no planeta”

ACHIM STEINER,
diretor-executivo do Programa das Nações Unidas
para o Meio Ambiente (Pnuma)

“O boi deixou de ser carro-chefe da competitividade do setor de carne bovina”

ANTONIO CAMARDELLI,
presidente da Associação Brasileira das
Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)

“Na melhor das hipóteses, a safra de cana-de-açúcar de 2011 será igual à deste ano”

ANTONIO DE PÁDUA RODRIGUES,
diretor-técnico da União da Indústria
de Cana-de-Açúcar (Unica)

“Juntos, Brasil e Argentina são gigantes no mercado mundial de alimentos. Temos todas as condições de aprofundar uma parceria estratégica para reforçar o nosso peso no mercado”

WAGNER ROSSI,
ministro da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento
(Mapa)

Programa ABC

Crédito para a produção sustentável

Gabriela Tonini¹Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar²Rafael Ribeiro de Lima Filho²Alcides Torres³Marco Túlio Habib³

A SUSTENTABILIDADE tem sido ponto central nas discussões que permeiam o rumo das atividades econômicas e, em especial, das atividades agrícolas. Atenção especial é dada à sustentabilidade ambiental, apenas um dos pilares que compõem o tripé da sustentabilidade, que deve ser econômica, social e ambiental.

Nesse contexto, o ideal é que seja feita uma análise profunda a fim de realmente direcionar a cadeia produtiva para possíveis melhorias. Um passo importante foi dado no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2010/2011. Dentre os programas de investimentos, que totalizaram R\$18 bilhões – 29% a mais do que na safra passada –, foi incluído o programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), com um dos maiores volumes de recursos dentre as linhas de financiamento.

Para o programa ABC, em 2010/2011, foram destinados R\$ 2 bilhões para financiar tecnologias adaptadas e sistemas produtivos eficientes que contribuam para a mitigação da emissão dos gases de efeito estufa, como o plantio direto e a integração lavoura-pecuária-floresta. O limite de crédito por tomador é de R\$ 1 milhão, com um prazo máximo para pagamento de 12 anos, três anos de carência e taxa de juros de 5,5% ao ano.

A taxa de juros é um diferencial que merece destaque, pois é a mais baixa dentre os programas de financiamento, com exceção dos Fundos Constitucionais, que podem atingir taxas de 5% ao ano quando o financiamento é concedido para a região do semiárido nordestino e sob condições de adimplência.

Os recursos serão distribuídos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através das instituições financeiras credenciadas.

Volume de recursos e características de alguns dos programas de investimento

Programa/ fontes	Recursos programados (R\$ milhões)		Limite de crédito (R\$ mil)	Prazo máximo (anos)	Carência (anos)	Taxa de juros (% ao ano)
	2009/ 2010	2010/ 2011				
ABC	-	2.000	1.000	12	3	5,50
Moderinfra	500	1.000	1.300	12	3	6,75
Moderagro	850	850	300	8 ou 10	3	6,75
Propflora	150	150	300	4, 12 ou 15	6, 12, 18 ou 72 meses	6,75
Produsa	1.500	1.000	300 ou 400	5 a 12	2, 3 ou 6	5,75 ou 6,75
Prodecoop	2.000	2.000	50.000	12	3	6,75
Moderfrota	2.000	1.000	-	4, 6 ou 8	-	9,50
Pronamp	1.500	1.700	-	-	-	-
Procap-Agro	2.000	2.000	50.000	6	2	6,75

Fonte: Mapa / Scot Consultoria

Em 15 de outubro de 2010, o BNDES publicou uma circular disciplinando o Programa no âmbito federal. Atualmente, os agentes financeiros estão expedindo instruções internas às suas respectivas agências para que elas possam acolher e analisar propostas de financiamento ao amparo do Programa. A expectativa é que em novembro ou dezembro as instituições financeiras estejam aptas a iniciar as operações. Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas), assim como cooperativas de produtores rurais (inclusive para repasse a cooperados) poderão ser os beneficiários.

O programa, com denominação de ABC, ABC Silvicultura, ABC Implantação e Manutenção e ABC Recomposição, financia a recuperação de áreas e

pastagens degradadas, a implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta e a implantação e manutenção de florestas comerciais ou destinadas à recomposição de reserva legal ou de áreas de preservação permanente. Desde que vinculadas a projetos em conformidade com os empreendimentos citados anteriormente, as seguintes operações podem ser financiadas:

- despesas relacionadas à elaboração de projeto técnico, georreferenciamento e regularização ambiental;
- assistência técnica necessária até a fase de maturação do projeto;
- aquisição, transporte, aplicação e incorporação de corretivos agrícolas (calcário e outros);

- marcação e construção de terraços e implantação de práticas conservacionistas do solo;
- adubação verde e plantio de cultura de cobertura do solo;
- aquisição de sementes e mudas para formação de pastagens, culturas e florestas;
- implantação de viveiros de mudas florestais;
- implantação e recuperação de cercas; aquisição de energizadores de cerca; aquisição, construção ou reformas de bebedouros e de saeiros ou cochos para sal;
- aquisição de animais e sêmen de bovinos, ovinos e caprinos, para reprodução, recria e terminação, desde que não sejam financiados de forma isolada;
- aquisição de máquinas e equipamentos para a agricultura e/ou pecuária;
- construção e modernização de benfeitorias e de instalações.

A liberação do crédito pelo programa ABC seguirá, provavelmente, as normas para liberação de outros tipos de crédito agrícola oferecidos pelo BNDES, incluindo a necessidade de um projeto técnico específico (com identificação do imóvel, croqui descritivo, histórico de utilização da área, análise de solo e recomendação agrônômica, ponto de georreferenciamento por GPS e plano de manejo agropecuário); relatório do técnico com informações sobre a implementação do projeto e caracterização da área, além da comprovação de rentabilidade suficiente para assegurar a quitação das obrigações. Mais detalhes serão conhecidos quando as instituições financeiras estiverem aptas a liberar o crédito.

De qualquer forma, um consenso entre técnicos e pesquisadores, endossado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), é de que uma das maiores possibilidades de mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE) é a reforma/recuperação de pastagens degradadas, sendo esta uma oportunidade real, além de benéfica para o homem do campo. Isso porque, além de ampliar o estoque de carbono no solo, a técnica promove aumento da produtividade das culturas no médio prazo.

Objetivos do programa ABC no período 2010-2020

Objetivos
1. Recuperar uma área de 15 milhões de hectares de pastos degradados com manejo adequado e adubação, poupando, assim, a emissão de 104 milhões de toneladas de CO ₂ ;
2. Adotar o sistema lavoura-pecuária-floresta em quatro milhões de hectares, evitando a emissão 20 milhões de toneladas equivalentes de CO ₂ ;
3. Ampliar a utilização do sistema de plantio direto na palha em 8,0 milhões de hectares (de 25,0 para 33,0 milhões de hectares), o que evitará a emissão de 20 milhões de toneladas equivalente de CO ₂ ;
4. Estimular o incremento da fixação biológica na produção de soja em grãos de 11,0 para 16,5 milhões de hectares, recuperando dez milhões de toneladas equivalentes de CO ₂ ;
5. Promover ações de reflorestamento no País de 6,0 para 9,0 milhões de hectares na produção de fibras, madeira e celulose, reduzindo as emissões, neste caso, em 2,0 milhões de toneladas equivalentes de CO ₂ .
Fonte: Mapa

Objetivos do programa ABC no período 2010-2020

1. Recuperar uma área de 15 milhões de hectares de pastos degradados com manejo adequado e adubação, poupando, assim, a emissão de 104 milhões de toneladas de CO₂;
2. Adotar o sistema lavoura-pecuária-floresta em quatro milhões de hectares, evitando a emissão 20 milhões de toneladas equivalentes de CO₂;
3. Ampliar a utilização do sistema de plantio direto na palha em 8 milhões de hectares (de 25 para 33 milhões de hectares), o que evitará a emissão de 20 milhões de toneladas equivalente de CO₂;
4. Estimular o incremento da fixação biológica na produção de soja em grãos de 11 para 16,5 milhões de hectares, recuperando dez milhões de toneladas equivalentes de CO₂;
5. Promover ações de reflorestamento no País de 6 para 9 milhões de hectares na produção de fibras, madeira e celulose, reduzindo as emissões, neste caso, em 2 milhões de toneladas equivalentes de CO₂.

Tamanho da necessidade

Consideraremos a reforma de pastagens degradadas para a realização de uma análise. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 74 milhões de hectares de pastagens no Brasil em algum grau de degradação. De acordo com estimativa da Scot Consultoria, para realizar a reforma dessas áreas degrada-

das, seriam necessários R\$ 81,4 bilhões. Ou seja, mantido o volume de crédito ofertado ao ano (R\$ 2 bilhões), serão necessários 40 anos para a reforma total.

Diante do tamanho da tarefa, o apoio do governo é fundamental. O programa ABC representa um excelente ponto de partida, ainda que o recurso disponibilizado esteja distante do montante necessário.

Caminho da sustentabilidade

Sem dúvida, quando o assunto é sustentabilidade, podemos dizer que temos uma produção sustentável. Os números falam por si. Todos os índices zootécnicos da pecuária, atividade que vem sendo pressionada do ponto de vista ambiental, mostram melhorias significativas nos últimos anos.

Apesar de um bom caminho ter sido trilhado, ainda podemos melhorar. Nesse contexto, programas como o ABC possuem importância fundamental ao possibilitarem um financiamento de longo prazo a juros compatíveis com o tempo de retorno de um investimento que visa recuperar áreas degradadas. Por fim, a discussão não pode apenas ter um viés ambiental. Deve também ser social e economicamente sustentável. Afinal, como dizem: produtor no vermelho não pensa no verde. ■

1 Médica veterinária, MSC

2 Zootecnista

3 Engenheiro agrônomo

Todos pesquisadores e analistas da Scot Consultoria

África

Um continente de oportunidades

Cleber Lima Guarany *

A FUNDAÇÃO Getúlio Vargas, através do memorando de entendimento assinado entre Brasil e Estados Unidos no ano de 2007, vem desenvolvendo projetos de agroenergia em países da América Central e do Caribe e, mais recentemente, para o continente Africano.

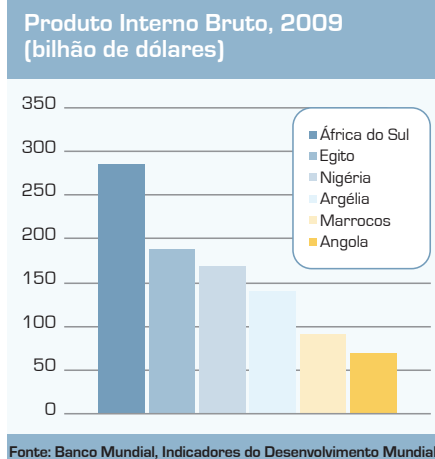
Longe de ser um estudo acadêmico, que normalmente se perde na burocracia dos órgãos públicos, esse trabalho aponta uma continuidade clara e objetiva que busca a captação de investimentos necessários para a execução dos projetos selecionados.

O objetivo principal desta etapa é a elaboração de um *data book*, no qual são construídos os projetos agrícola, industrial, legal, social, ambiental (com o apoio da Unep (United Nations Environmental Programme), financeiro (com ajuda de bancos multilaterais), e de transferência de tecnologia e conhecimento, este com o suporte da Embrapa para a área agrícola.

Uma vez elaborado todos os projetos que compõem o *data book*, já com os devidos riscos minimizados e o retorno do capital empregado quantificado, é organizado um *road show* para seleção dos investidores com apoio do governo local, brasileiro e americano, além de bancos públicos e privados.

O que pretendemos com esses projetos é mostrar uma África viável economicamente e financeiramente, revelar um continente de oportunidades à espera de projetos consistentes que proporcionem geração de riquezas e distribuição de renda.

Por muitos anos, esse continente tem sido encarado por muitos países como um mercado interessante para despejar



todo tipo de produtos novos e usados, tais como: veículos, roupas, materiais de construção, produtos de higiene e saúde etc., um mercado também capaz de consumir excedentes de produção de vários países e blocos econômicos.

Felizmente, essa realidade parece que começa a mudar em algumas nações africanas. Alguns governos já tomam consciência da importância de incentivar a produção interna, de encontrar caminhos para alavancar o Produto Interno Bruto (PIB) e elevar a renda *per capita* da população, promovendo a diminuição da miséria que assola boa parte do continente.

Nesse contexto, a África mostra-se, talvez, a última fronteira para empresas que desejem se consolidar no mercado mundial, empresas que desejem deixar de ser nacionais ou internacionais para serem globais. O continente africano, com uma população de mais de 800 milhões

de habitantes, distribuídos em 54 países, tem massa crítica para absorver investimentos na cadeia de produção de diversos segmentos de mercado e não somente o de agroenergia, que já é incontestável. Vale lembrar que para muitos setores a circulação monetária já existe, ou seja, o mercado já está lá, satisfazendo algum exportador europeu, chinês ou indiano.

Para as empresas brasileiras, a África apresenta-se como um continente praticamente virgem, com potencial para alavancar negócios no mundo inteiro. O que temos observado, através dos trabalhos da FGV, é que muitos governos e também blocos econômicos, como a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (Uemoa), estão dispostos a virar a chave da importação de produtos pura e simples para incentivar a produção interna e, o que é melhor, com apoio de muitos órgãos internacionais preocupados com os aspectos sociais e ambientais desses países, já aceitando o incontestável fato, aliás, muito difundido pela FGV neste continente, de que sem solução social não existirá solução ambiental.

Somente para citar um exemplo das perspectivas da economia africana, o PIB das seis principais economias do continente (ver gráfico) é da ordem de US\$ 1 trilhão e com crescimento médio de 5% ao ano, ou seja, para essas economias ainda em formação na maioria dos países, as oportunidades são claramente atraentes, principalmente para aqueles setores de primeira necessidade.

Portanto, com um modelo de negócio baseado na produção interna em um determinado país ou bloco econômico, com envolvimento de pessoal local, contemplando o treinamento e o engajamento de uma estrutura global que permita empregar tecnologia e conhecimento adequados, pode significar, além de boas sinergias para alavancar o faturamento das empresas brasileiras, crescimento em mercados com potencial para alcançar, no curto prazo, taxas de crescimento significantes. ■

*Coordenador de projetos da FGV
Projetos/GV Agro

Açúcar

Safr menor que a esperada

Bruno Wanderley de Freitas¹Plinio Mario Nastari²

É DIFÍCIL identificar se os atuais preços do açúcar no mercado mundial se devem mais a questões especulativas ou a fundamentos de mercado. Não são poucos os motivos que dão suporte a esta cotação neste momento.

Após dois anos de déficits consecutivos, era de se esperar que os preços passassem por uma nova fase acomodação. Em resposta à melhora dos preços, expectativas preliminares apontavam para um forte aumento na oferta mundial de açúcar em 2010/11, com um superávit inicialmente previsto de até 4,5 milhões de toneladas. Contudo, o balanço mundial deve apresentar uma situação bem mais equilibrada em 2010/11 (outubro/setembro).

Mesmo diante da recuperação da oferta indiana e da contínua expansão da produção brasileira, espera-se que a produção mundial em 2010/11 atinja 166,42 milhões de toneladas, contra um consumo estimado de 164,61 milhões, o que resultará num superávit de apenas 1,82 milhões de toneladas. Consequentemente, o nível dos estoques será um dos mais baixos nos últimos 30 anos.

O clima não tem sido nada generoso com os principais centros de consumo e produção mundiais de açúcar. Os planos de reduzir as importações foram mais uma vez adiados pela Rússia, pelo Paquistão e pela Indonésia. No lado da oferta, Tailândia e Austrália, que são grandes exportadores de açúcar, atrás apenas do Brasil, reduzirão suas disponibilidades para atender ao mercado externo em 2010/11. Na Índia, embora haja recuperação na produção interna, o excedente exportável deverá suprir apenas merca-

dos vizinhos, como Bangladesh e, especialmente, o Paquistão, talvez sobrando um pouco para atender ao Vietnã.

Assim, percebe-se que as importações mundiais permanecerão aquecidas em 2010/11, com o Brasil bastante acionado para atender ao mercado externo. Projeta-se, portanto, que a importação mundial de açúcar alcance 48,5 milhões de toneladas em 2010/11. Em 2009/10, o volume de importação mundial de açúcar foi de 52 milhões. A queda em valores absolutos em 2010/11 se deve apenas à saída da Índia como mercado importador (-3,5 milhões de t).

Entre os principais destaques, podemos apontar a Rússia que neste ano deve importar no mínimo a mesma quantidade importada em 2009/10, de 2,6 milhões de toneladas. Antes da estiagem que assolou metade do plantio da beterraba daquele país, entre meados de julho e agosto de 2010, era prevista uma redução nas importações para até 1,8 milhões de toneladas. Já o Paquistão deve importar mais de um milhão de toneladas em 2010/11 a fim de preencher o déficit interno. Nessa lista, também podemos citar a União Europeia, Indonésia, as Filipinas e, possivelmente, os EUA como regiões que não devem abrir mão de adquirir açúcar no mercado internacional. A China também elevará as compras de açúcar devido à queda dos estoques e da produção interna nas últimas temporadas. No entanto, isso não significa que os chineses continuarão a importar mais açúcar nos próximos anos. É quase uma unanimidade a ideia de que a China deva, no futuro, expandir a importação

de açúcar, em linha com o seu crescimento populacional e econômico.

Para a próxima temporada, os fundamentos poderão ser menos construtivos. Devido à alta dos preços em 2010, muitos países estão planejando aumentar os seus plantios de cana e de beterraba. Considerando condições climáticas normais, a recuperação na produção mundial deve ser mais acentuada em 2011/12 (outubro/setembro). No Brasil, porém, existe a preocupação quanto à seca que prejudicou a cana e à taxa de renovação dos canaviais, que poderá limitar a disponibilidade de cana no próximo ciclo.

Mas as atenções devem girar mais uma vez em torno do quadro de oferta na Índia. É provável que na safra 2011/12, a iniciar em outubro de 2011, a Índia produza um volume superior ao projetado para esse ano – entre 25,5 e 26,2 milhões de toneladas –, já que existe um grande estímulo para o plantio nesse momento. Nesse caso, a Índia poderia exportar entre quatro e seis milhões de toneladas em 2011/12, o que não significa que deixariam de importar. A Índia tende a se tornar um importante centro de refino de açúcar cru, reexportando-o na forma de branco.

No longo prazo, a dinâmica do mercado importador de açúcar poderá sofrer novas alterações. Com a construção e expansão de novas refinarias em diversos países, o comércio de açúcar branco tende a ser mais localizado, com os preços sendo influenciados, principalmente, por variações nos custos de refino e pelas cotações do açúcar bruto.

Assim, o Brasil deve se manter como principal fornecedor das refinarias independentes localizadas em Dubai, na Arábia Saudita, Argélia, Síria e Índia. Mas principalmente, não se deve esquecer que a demanda mundial de açúcar continua crescendo a uma taxa média de 2,5% a.a., o que corresponde a cerca de quatro milhões de toneladas todos os anos. Esse volume é superior a toda a exportação da Austrália, o terceiro maior exportador mundial. ■

1 Associado da Datagro Consultoria

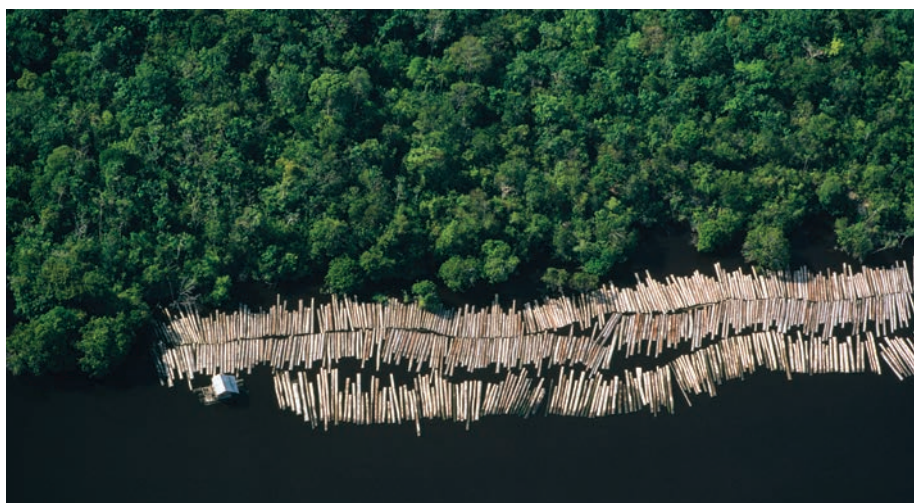
2 Presidente da Datagro Consultoria

Importância das florestas

O REDD e o papel do Brasil na economia de baixo carbono

NÃO É DE HOJE que a importância das florestas para a humanidade vem sendo discutida na comunidade científica. Mais recentemente, este tema também passou a figurar na agenda de debates políticos e econômicos, como revela o extenso caderno publicado na revista *The Economist* em sua edição de 23 de setembro. Além de ressaltar a importância desses ecossistemas para a manutenção do clima, as matérias discutem os avanços alcançados no sentido de controlar o desmatamento. O Brasil é apresentado como um exemplo de nação que estaria mudando suas estatísticas de desmatamento e despontando como a única economia emergente realmente comprometida com o meio ambiente. A revista inglesa chama a atenção para a necessidade de países desenvolvidos liderarem o processo de conservação de florestas tropicais, o que não necessariamente representaria uma ameaça à soberania das nações que detêm essas reservas. Mecanismos como o Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD, sigla em inglês), que consiste em compensar financeiramente os países que reduzirem as emissões provenientes do desflorestamento, seriam uma forma de os países ricos contribuírem para a preservação de florestas sem intervir diretamente em outras nações. Contudo, o retrospecto das últimas reuniões sobre o tema demonstra que as nações ricas ainda são resistentes em contribuir pela remuneração de serviços florestais em países em desenvolvimento.

A seguir são abordadas as principais questões analisadas nessa série de reportagens da revista inglesa.



Saulo

A importância das florestas

Cerca de metade das florestas do planeta já foi devastada, e esse processo foi responsável por metade das emissões de carbono geradas pelo homem desde a década de 1960. Atualmente, entre 15% e 17% das emissões de carbono humanas advêm da derrubada de florestas. Ainda assim, as florestas cobrem 31% da superfície terrestre (somente 1/3 seria de matas nativas).

Além de responder por ¼ da captura de carbono no planeta, as florestas são fundamentais para regulação dos ciclos de água. Ao evitar enchentes e secas, esses ecossistemas contribuem não só para redução das mudanças climáticas como também têm impacto direto nas atividades agrícolas no Brasil, na Argentina, no Paraguai e até no meio-oeste dos EUA. Pesquisas recentes mostram que, além de controlar as temperaturas, as florestas também afetam a formação das correntes de ventos e assim garantem a umidade do

ar e os índices pluviométricos adequados para a atividade agrícola.

O principal problema do desmatamento se encontra nas regiões tropicais, tanto pelo maior impacto dessas florestas sobre as questões climáticas como pela grande dificuldade em conter atividades predatórias em nações em desenvolvimento. Mesmo observando-se desmatamento considerável em florestas boreais, principalmente na Rússia e no Canadá, as estatísticas referentes aos países tropicais são bem mais preocupantes. Nos últimos 60 anos, 60% das florestas tropicais foram devastados.

O pujante crescimento econômico das nações emergentes, com forte base agrícola, incentiva o desmatamento. Também se observa uma maior demanda por alimentos em países mais pobres, localizados principalmente no continente africano. Essas tendências devem se agravar ao longo dos anos, devido ao crescimento da população mundial e à maior

demanda por alimentos. Mais do que nunca, torna-se necessário o desenho de mecanismos econômicos que revertam os incentivos ao desmatamento. O REDD (ver *Agroanalysis*, outubro de 2009) surge como a grande esperança em escala global para conter a derrubada das florestas.

Florestas “sem valor”

As atividade econômicas ligadas direta ou indiretamente às florestas estão sujeitas a uma distorção de incentivos, a qual os economistas chamam “externalidade”. Por exemplo: ao realizar uma plantação ou explorar a mata dentro de sua propriedade, um agricultor está causando impactos negativos sobre a qualidade do ar e das águas dessa região. Como esses “bens” são públicos e não possuem um mercado próprio, os custos do esgotamento dos recursos naturais impostos sobre toda sociedade não são cobrados diretamente deste agricultor e, desta forma, são “externalizados”. Assim, os agentes econômicos não têm incentivos para adotar medidas que reduzam os impactos de suas atividades sobre os bens comuns mencionados (os custos dessas medidas teriam de ser arcados por esses produtores, e seus benefícios seriam divididos pela sociedade). Diversos benefícios trazidos pelas florestas, como a captura de carbono e a regulação do ciclo das águas, podem ser enquadrados nesta categoria de bem público.

Segundo levantamento de um comitê das Nações Unidas que estuda questões ambientais, as externalidades negativas decorrentes da degradação das florestas gerariam um custo entre 2 e 4,5 trilhões de dólares ano. O mesmo órgão estima que o valor da floresta amazônica para as famílias que nela vivem fica entre 500 milhões a 1 bilhão de dólares por ano (só foram contabilizados os bens usados para subsistência desta população, como o peixe, o óleo e outros produtos extraídos das florestas). Prosseguindo nas estatísticas, o comitê estima entre 1 e 3 bilhões de dólares ano a contribuição que as florestas dariam à agricultura na América do Sul, pela regulação de ciclo de águas e da temperatura.

Uma forma de lidar com esse problema seria o desenho de mecanismos de regulação estatal, como as leis que impõem restrições ou cobram pelas emissões ou desmatamento. De forma geral, essas políticas buscam corrigir esses incentivos perversos ao “internalizar” os custos sociais causados pelas atividades econômicas aos seus responsáveis. Apesar de esse tipo de mecanismo já ser antigo, a aplicação dessas regras e punições se mostra problemática em várias regiões florestais, o que limita a efetividade de seus resultados.

Paralelamente, vem crescendo a adoção de políticas que buscam remunerar os agentes que preservam esses bens naturais. A remuneração dos chamados “serviços florestais” já vem sendo adotada em vários países e apresenta resultados positivos. Na China, por exemplo, um projeto remunera proprietários de áreas degradadas em 450 dólares ao ano por hectare reflorestado. A Costa Rica, país que apresenta as melhores estatísticas em termos de preservação florestal, tem um programa que paga entre 45 e 163 dólares ao ano para proprietários que preservarem um hectare de floresta. O financiamento deste programa se deu em parte com auxílio do Banco Mundial, mas boa parte dos recursos veio do mercado: uso de uma taxa de 15% sobre o petróleo consumido no país e captação com empresas energéticas que se beneficiam dos ciclos pluviométricos mais regulares. Os bem-sucedidos exemplos mencionados aumentam as esperanças de se estabelecer um mecanismo global de remuneração por serviços florestais: o REDD.

REDD: a grande esperança para as florestas

Em meio aos inúmeros impasses observados na COP-15 em Copenhague, a formação de um fundo para financiar a redução do desmatamento de florestas pode ser considerada um dos únicos avanços da conferência. E, mesmo assim, restam muitas dúvidas sobre como esses recursos seriam levantados.

A ideia principal seria utilizar o mesmo modelo de pagamento por serviços flo-

restais que já vêm sendo realizados em alguns países, mas em escala global. O foco principal do REDD seriam as florestas tropicais, podendo beneficiar mais de 70 países. Mesmo antes de ser formalmente implementado, esse mecanismo já tem metas ambiciosas de redução de desmatamento até 2020.

Voltando à questão do financiamento, reunião ocorrida em Oslo em maio do presente ano reuniu 58 países na busca de soluções para constituição do fundo de financiamento de projetos REDD. Nações ricas como a Inglaterra e a Noruega se comprometeram a levantar US\$ 4,5 bilhões até 2012 para dar início ao mecanismo. Mas, ao que tudo indica, seria necessário buscar outro esquema de financiamento para o futuro. Uma possibilidade seria criar um mercado de carbono florestal, nos moldes do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), já em funcionamento. Esses créditos poderiam ser comprados por indústrias de países com metas (Anexo 1) que fossem exceder seus limites de emissão. Apesar de esse tipo de certificado não ser aceito no mercado europeu, já consta como uma opção dentro da nova lei ambiental norte-americana em votação no senado. Uma segunda opção, bem mais complicada politicamente, é a adoção de taxas sobre o carbono para financiar os serviços de preservação florestal. Independentemente de como for feito o financiamento, segundo levantamento dessa comissão, com valores entre 17 e 30 bilhões de dólares seria possível reduzir em ¼ o desmatamento das florestas até 2015 (salvariam três milhões de hectares e evitariam a emissão de sete gigatoneladas de carbono).

Outros problemas seriam o monitoramento e a avaliação de *performance* dos recipientes desses recursos. Questões observadas nos projetos aprovados no MDL como a adicionalidade, permanência das reduções e os transbordamentos (*carbon leakage*) também se aplicariam a projetos de REDD, o que complica sobremaneira o sistema de aprovação e monitoramento desses empreendimentos. Nesse sentido, teme-se que países mais pobres tenham

muita dificuldade em reportar inventários e cumprir outros requisitos necessários para que se possam monitorar as atividades em áreas de preservação.

Não há dúvidas de que mecanismos como o REDD poderiam ajudar na redução do desmatamento. Contudo, existem limites operacionais de implementação e mesmo de respeito à soberania das nações onde se encontram as florestas que precisam ser considerados ao se analisar a efetividade do REDD em preservar as florestas. Uma estratégia bem-sucedida de combate ao desmatamento precisa es-

iniciativas privadas que visam rastrear a sustentabilidade de produtores rurais, a ação do governo no sentido de coibir o desmatamento da Amazônia é apontada como fundamental nas mudanças das estatísticas de destruição da floresta. Entre as medidas que contribuíram para este resultado podem-se mencionar o aumento nas áreas designadas para parques ambientais e reservas indígenas, o estabelecimento de áreas específicas para atividade madeireira e a maior fiscalização da atividade ilegal neste setor (restringido o acesso a crédito de produtores condenados), o confisco de

vizinhas). Ações como essas contam com apoio de outros países, como revela acordo entre o Estado do Pará e o governo norueguês que prevê a transferência de 1 bilhão de dólares com o objetivo de reduzir o desmatamento na Amazônia em 80% até 2020.

Ainda observam-se, porém, diversos gargalos na ação do Estado brasileiro para preservação das florestas. A pouca infraestrutura de órgãos como o Ibama, com estrutura infinitamente inferior à necessária para realizar fiscalização na vasta região amazônica, dificulta a implementação das leis ambientais. A morosidade e a baixa taxa de condenação do Judiciário brasileiro também contribuem para aumentar a impunidade de desmatadores (mesmo entre aqueles condenados, menos de 10% estão realmente pagando as multas por suas ações contra a floresta).

Outro problema potencial seria uma revisão da Área de Proteção Permanente (APP) que atualmente é de 80% na região amazônica. Apesar de este valor ser bastante elevado e de difícil cumprimento para os agricultores da região, uma redução muito acentuada poderia impactar diretamente sobre a floresta. Apesar de o Brasil ainda dispor de áreas agricultáveis suficientes, a APP tem um papel importante para conter a maior demanda por terras em ciclos de alta nos preços de *commodities* agrícolas. A possibilidade de intensificar a atividade pecuária em algumas regiões também contribui para reduzir os incentivos econômicos ao desmatamento.

Ainda assim, para que as taxas de desmatamento continuem caindo, é preciso que a sustentabilidade faça parte da estratégia de desenvolvimento brasileira. Se, por um lado, é necessário gerar emprego e renda para os povos que vivem nas regiões florestais, também se torna fundamental que o empresariado brasileiro veja a sustentabilidade como uma forma de aumentar a inserção brasileira nos principais mercados, principalmente naqueles ambientalmente sensíveis, como alimentos e biocombustíveis. Nesse sentido, o Brasil tem todo interesse em se vender como uma potência emergente verde. ■

Países Anexo 1 e Anexo 2

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima atribui entre os países membros diferentes graus de responsabilidade pela emissão dos gases causadores do chamado efeito estufa. Para a divisão de responsabilidades, os países foram distribuídos em três grupos:

Anexo I: países industrializados que concordam em reduzir suas emissões;

Anexo II: países desenvolvidos que pagam os custos para países em desenvolvimento;

Não Anexo I: países em desenvolvimento, sem metas de emissão, mas com obrigações como a implantação de programas nacionais de mitigação.

tar tanto em acordo com a lei ambiental dos países como ser integrada à estratégia de desenvolvimento destes. Caso contrário, questões como o crescimento da demanda por alimentos e outros estímulos econômicos devem prevalecer sobre os objetivos de preservação ambiental.

Como o Brasil está mudando as estatísticas do desmatamento – A queda no desmatamento da Amazônia foi marcante nos últimos anos. Para ter uma ideia, entre 1996 e 2005 a taxa anual de desmatamento foi de 19.500 km², o que levaria ao extermínio de 1/3 da floresta em 2050. Em 2008 e 2009, a taxa anual caiu para 7.008 km², a menor das últimas duas décadas.

Mesmo pesando o impacto de fatores externos como a queda no preço das *commodities* agrícolas em decorrência da crise financeira e o maior número de

gado criado em áreas protegidas e, principalmente, o monitoramento das áreas desmatadas. Os esforços do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) com a divulgação de relatórios quinzenais têm permitido uma atuação mais contundente dos órgãos de fiscalização. Outras políticas públicas, como o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar que proíbe o cultivo na região amazônica, também contribuíram para conter o desmatamento.

O governo do Pará também tem feito esforços para garantir a propriedade da terra a agricultores e a comunidades tradicionais e, assim, coibir a ação de grileiros. A experiência internacional demonstra que a garantia de direitos de propriedade cria incentivos para preservação não só nessas áreas como em toda a região (proprietários coíbem ações predatórias em terras

COP-16

Outra decepção em Cancún

COM O RISCO de a próxima Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-16), prevista para o período de 19 de novembro a 10 de dezembro em Cancún, no México, ser novo vexame diplomático, algumas nações trabalham com a hipótese de prorrogar o Protocolo de Kyoto para depois de 2012, enquanto outro acerto não é selado.

Na última reunião em Copenhague, na Dinamarca, em 2009, para diminuir o quadro de frustração, os presidentes anunciaram a retomada de um acordo sobre o corte das emissões para este ano. O encontro também estabeleceu a criação de fundo com recursos públicos dos países ricos, sendo que US\$ 30 bilhões seriam introduzidos no pacote até 2012. A meta é atingir US\$ 100 bilhões por ano até 2020.

Com o Protocolo de Kyoto, firmado em 1997 no Japão, durante a COP-6, a vencer em 2012, cabe um novo entendimento sobre os cortes de CO₂ entre os países ricos, pobres e os grandes países emergentes. Para traçar o programa de compromisso pós-2012, existem alguns desafios. Sem a participação dos Estados Unidos, que deixaram o Protocolo em 2001, no governo Bush, um novo acordo perderá força. Por sua vez, os países emergentes com maiores influências nas decisões globais alegam que precisarão continuar emitindo gases de efeito estufa para se desenvolverem. Para eles, os esforços de mitigação cabem mais aos países desenvolvidos.

A chefe do clima da ONU, Christiana Figueres, considera estratégico a cúpula priorizar no México o tema do financiamento das ações para destravar o restante do acordo. "Houve uma erosão de



Santini

confiança após Copenhague que agora estamos tentando arrumar." Mas, mesmo nesse tema, há falta de convergência nas posições das nações.

Os países ricos manifestam as suas indisposições de bancar integralmente o fundo. Parte do dinheiro viria do setor privado por meio de novas taxas, como impostos sobre o comércio de carbono, transações financeiras e transporte aéreo e marítimo.

O governo de Obama já manifestou duas posições duras. A primeira é sobre a impossibilidade de aprovar uma legislação com as metas de cortes de 17% nas suas emissões de CO₂ até 2020. A segun-

da é de que apenas alinhará a favor da criação de um fundo para trabalhar com mudanças climáticas caso Brasil, China e Índia mostrem as suas decisões para reduzir as emissões de CO₂.

O governo da Arábia Saudita anuncia que o G-77 – grupo dos países em desenvolvimento – não aceitará a transferência de responsabilidade do financiamento do fundo dos países ricos para o setor privado ou os emergentes. A colocação brasileira é mais moderada na aceitação de uma parcela dos recursos da iniciativa privada, porém, não aceita que isso venha a afetar os países emergentes. ■

Reuniões Preparatórias: sem progressos

Com a finalidade de chegar a alguns denominadores comuns em relação a certos conceitos e progredir em temas relevantes, as reuniões preparatórias de negociação funcionam como facilitárias para dar maior velocidade nas tomadas de decisões das políticas das COPs. De acordo com a agenda estabelecida pelo Secretário-Geral da Convenção do Clima, Yvo de Boer, para a COP 16, a primeira reunião preparatória aconteceu em Bonn, na Alemanha, entre 31 de maio e 11 de junho; a segunda, também em Bonn, na primeira semana de agosto e a terceira e última, em outubro, em Tianjin, na China.

No decorrer dos três encontros, praticamente as questões ficaram no mesmo lugar, pouca coisa mudou. Países em desenvolvimento declararam querer mais “ambição” dos países ricos, mais clareza sobre como pretendem atender às promessas do Acordo de Copenhague: manter o aquecimento global a 2°C e alocar recursos para os financiamentos de US\$ 30 bilhões por ano. Já os países desenvolvidos insistiram no “v” da discórdia, de verificável, parte fundamental da sigla MRV (mensurável, reportável e verificável) exigida para futuros compromissos dos países em desenvolvimento.

O ambiente está longe de um clima de consenso. Estados Unidos e China, os dois maiores poluidores do planeta, continuam a se desentender nas questões pertinentes à verificação internacional das ações de mitigação nos países em desenvolvimento e nos países desenvolvidos. Não há otimismo para a COP 16, em Cancún. Com o pouco interesse americano e europeu, caberá ao grupo Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China) assumir as rédeas e tocar o processo para a COP-17, na África do Sul.

Iniciativa.

A palavra-chave para conciliar produtividade e preservação.

Prospectar novas oportunidades de mercado, promover o desenvolvimento social, garantir a sustentabilidade dos recursos renováveis. Estes são os principais objetivos dos programas Mercado de Carbono e MDL Florestal,* iniciativas da OCB em conjunto com diversas cooperativas e instituições parceiras.

Se você é cooperado, profissional da área ambiental ou simplesmente um entusiasta de ações que visam garantir um futuro melhor para as próximas gerações, acesse o site <http://carbono.brasilcooperativo.coop.br> e saiba mais sobre esses programas.



Carbono Cooperativo

<http://carbono.brasilcooperativo.coop.br>

* Mecanismo de Desenvolvimento Limpo



atvphoto.com



II Fórum Inovação

AGRICULTURA E ALIMENTOS PARA O FUTURO SUSTENTÁVEL

ABERTURA

PRODUTIVIDADE E SUSTENTABILIDADE

João Sereno Lammel*



Exatamente há um ano, realizávamos a primeira edição deste Fórum. Foi a maneira para manifestar de forma prática nosso total apoio à Semana Mundial da Alimentação, esta notável iniciativa da FAO, que se estende em 180 países até o dia 16 de outubro, data oficial do Dia Mundial da Alimentação.

O desafio vital está em atender à necessidade da produção mundial: aumentar mais um bilhão de toneladas em relação aos dois bilhões de toneladas produzidos.

Este quadro dramático exige esforços das lideranças políticas, de dirigentes empresariais, governos, instituições públicas, comunidades científicas, entidades da sociedade civil e, enfim, de cada um de nós. O cenário à frente exigirá ainda

muito mais esforços do que aqueles que já mobilizamos atualmente.

O Brasil possui disponibilidade de área e clima favorável em seu território. Aqui, apenas 9,8% das terras potencialmente produtivas são hoje cultivadas. Somente a área do Cerrado, apta ao cultivo, sem a necessidade de derrubar uma única árvore, é igual a toda a área de 32 países europeus. Enfim, o futuro sustentável do planeta passa necessariamente pela competitividade da lavoura brasileira.

Como se tornou tão competitivo na produção agrícola, o País tem sido motivo de atenção e elogios pelo mundo afora, como mostram recentes reportagens, porque fez uma opção cla-

ra pelo emprego de tecnologias avançadas. A grande lição que oferecemos ao mundo é que a agricultura moderna é o elemento-chave do desenvolvimento e essencial para o bem-estar da humanidade e do planeta.

O uso de modernas tecnologias permite produzir mais em menor área. Dessa forma, são poupados os recursos naturais, como terra e água. Ao mesmo tempo, os ganhos da produtividade geram mais emprego e renda no campo. Aqui nas grandes cidades, garantem a cesta mais farta de alimentos e o uso de energias renováveis. Este é o único caminho para transformar a sustentabilidade, de um simples desejo, em realidade diária dos povos.

Mas é importante ressaltar que a sustentabilidade deve ser sempre entendida em suas grandes vertentes: a econômica, mas também a ambiental e a social. É com esta certeza e este entusiasmo que a Abag e a Andef dão total apoio a este Fórum. A todos que prestigiam essa iniciativa, obrigado.

*Presidente da Andef e membro do Conselho Consultivo da Abag

PRODUZIR MAIS E MELHOR

Hélder dos Santos Félix Monteiro Muteia*

Enquanto um bilhão de pessoas passa fome hoje no mundo, os desafios ambientais colocam urgência na produção com sustentabilidade não apenas econômica, mas social, como ser humano, e ambiental, para garantir o nosso futuro.

Quando falamos de um bilhão de pessoas passando fome no mundo, para muita gente no conforto das cidades e das sociedades mais desenvolvidas parece apenas uma estatística. É muito difícil compreender essa realidade da fome. Isso significa que uma em cada seis pessoas passa fome. E não é aquela fome que nós temos antes da hora do almoço e do jantar. É uma fome que dói, mata e ceifa vidas da forma mais degradante. Em cada cinco minutos, uma criança com menos de cinco anos morre de fome. Isso é inaceitável no mundo de hoje.

Participei de uma palestra no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, quando um eminente investigador italiano disse que “o direito à alimentação é uma precondição da nossa condição de seres humanos”. Sem o alimento, não raciocinamos, não agimos, não nos comportamos e não somos seres humanos. Então, antes mesmo de ser um direito, é uma precondição.

O desafio da produção alimentar é tão grande, que teríamos de aumentar em 70% a produção agrícola para satisfazermos às necessidades da humanidade em 2050. Nessa altura, estaremos com cerca de nove bilhões de seres humanos neste planeta. É por causa desse enorme desafio que o tema escolhido para essa celebração é Unidos Contra a Fome. Fica claro e evidente que não há um único ator para resolver o problema da fome. Todos são

chamados a contribuir, desde governantes, cientistas, agricultores, produtores de maquinários agrícolas, sementes, defensivos e fertilizantes, engenheiros de construção civil, que constroem as estradas, as pontes, as barragens, as represas, comerciantes etc.

Se a produção agrícola de hoje estivesse melhor distribuída, seria possível alimentarmos todas as pessoas. Então, se estivermos unidos, com os recursos que temos, é possível erradicarmos a fome do mundo. O maior apelo é esse: temos de aumentar a produção, mas com o envolvimento de todos. E uma vez que alcançados os níveis de produção desejáveis, possamos introduzir os mecanismos de distribuição e de acesso para as camadas mais vulneráveis.

Para a FAO, o Brasil funciona como um grande laboratório no agronegócio, na grande dinâmica desse setor no mundo, no campo de políticas alimentares e da inclusão social. São coisas que acontecem no Brasil iniciadas há anos. Não é uma questão de uma, duas ou três pessoas. É um processo começado com a consolidação econômica do Brasil, que permite também uma grande intervenção e investimentos no campo da produção agrícola e das políticas sociais.

Os modelos do sucesso brasileiro podem ser replicados em outras partes do mundo. Apostamos no potencial dessa cooperação horizontal Sul-Sul. Os atores desta revolução estão aqui e vivos. Temos as universidades e as instituições de investigação, como a Embrapa. O grande patrimônio do Brasil está nos seus atores e na dinâmica do agronegócio, da produção agrícola e da segurança alimentar. Este é um grande desafio e uma grande responsabilidade para o Brasil.

No Brasil, outro grande patrimônio que percebo é a existência de um debate aberto e frontal entre as pessoas, dos problemas ligados à segurança alimentar, dispostas a levar avante e de forma sustentável este desafio. Este Fórum é um exemplo disso.



Na produção agrícola, a FAO privilegia três componentes que podem fazer uma grande diferença. O primeiro é o acesso aos recursos naturais, especialmente a terra e a água. O segundo é o acesso aos mercados, que passa pela integração com a armazenagem e o transporte, um sistema mais complexo. O terceiro é o acesso ao crédito para que o agricultor possa investir em tecnologias e produzir mais e melhor.

As políticas no campo da segurança alimentar, que o Brasil está a experimentar, são de grande utilidade, como o Programa Fome Zero, que carrega uma série de políticas dentro de uma visão comum. Fiquei entusiasmado, no Rio Grande do Sul, com o Programa Mais Alimentos, que de fato cria acesso a estes componentes aos quais aqui me referi.

Com estas palavras breves, reitero a importância do Dia Mundial da Alimentação como um momento de reflexão, não de celebração, enquanto tivermos um bilhão de pessoas passando fome. É olharmos para dentro e assumirmos o compromisso de fazermos mais e melhor, como é a recomendação deste Fórum. Muito obrigado.

*Representante no Brasil da Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação (FAO)

AGRICULTURA METROPOLITANA

Airton Guibert*

O momento é propício para esse tipo de encontro. Os Estados brasileiros são exportadores primários. Maior Estado agrícola do País, onde os processos são terminados, São Paulo é agroexportador de produtos industrializados.

A participação da agropecuária no PIB paulista é menos de 2%, só que a participação do agronegócio é de 38%. Cerca de 80% da exportação de carne brasileira saem pelo Porto de Santos. Portanto, São Paulo tem uma grande responsabilidade nesse processo de combate à fome.

A segurança alimentar nem sempre está vinculada à produção de alimentos, pois existe a questão da distribuição de renda. Vivemos um paradoxo mundial: ao mesmo tempo em que as pessoas passam fome no mundo, seguramente outro tanto padece de enfermidades, vitimado pela obesidade, devido à alimentação equivocada, além do que deveria.

Uma tendência muito importante hoje é a agricultura metropolitana, no que diz respeito aos princípios da sustentabilidade. Por ano, mais de 1,5 milhão de pessoas morrem no mundo, vítimas de alimentos contaminados ou de água contaminada. Essa é uma grande preocupação em São Paulo: zelar para que os alimentos possam ser confrontados com quaisquer critérios de segurança e de qualidade no mundo todo. Muito obrigado.

*Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo

PAINEL I

PESQUISA E INOVAÇÃO NA AGRICULTURA E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

PRODUÇÃO COM SUSTENTABILIDADE

Antonio Roque Dechen*

Faremos um histórico da agricultura naquilo que se espera das instituições de pesquisas, com implantação da sustentabilidade da produção agrícola.

Em se tratando de um Dia de Alimentação, rendemos as homenagens a Norman Borlaug, Prêmio Nobel da Paz e o Pai da Revolução Verde, que dizia: “Não se constrói a paz em estômagos vazios”. Temos também a frase, publicada, em 1910, na revista *O Solo*: “O solo é a Pátria, cultivá-lo é engrandecê-la”.

Costumo encerrar as minhas palestras com trechos das poesias da Cora Coralina, como aquela em que ela diz: “Em qualquer parte da terra um homem estará sempre plantando, recriando a vida, recomeçando o mundo”.

A história da agricultura foi traçada por pesquisadores fantásticos. Em 1862, Liebig registrava que “a maioria dos agricultores acredita que a sua maneira de fazer era a melhor”. As suas terras jamais deixarão de dar frutos. Esta doce ilusão escondeu das populações a relação existente entre a fertilidade do solo e o seu futuro. Não há sabedoria política que possa proteger os Estados da própria ruína se os governos e os povos fecharem os seus olhos para sintomas de empobrecimento dos campos e continuarem surdos aos avisos da ciência e da história.

No Brasil, tivemos a inauguração por D. Pedro, em 1877, da Escola da Bahia. Outras instituições vieram a seguir. Em 1950, tínhamos 11 escolas de agronomia, atualmente temos 213 e oferecemos anualmente 16.500 vagas para estudantes de agronomia.

Nos últimos cinquenta anos, assistimos à Revolução Verde de Norman Borlaug, com a obtenção de variedades capazes de responder à adubação. No Brasil, tivemos a Segunda Revolução Verde, com a conquista do Cerrado, uma das últimas fronteiras agrícolas. A Terceira Revolução Verde é aquela com a adoção do sistema do plantio direto, o qual Fernando Penteador Cardoso refere-se como a agricultura com ar e água limpos.

Hoje, a sustentabilidade da produção agrícola e a adequação ambiental são indissociáveis. Quando se fala em produção, pensa-se em produtividade e qualidade dos produtos. A sociedade cobra o produto seguro, com qualidade, que precisa ser feito com sustentabilidade.

Temos de avançar com tecnologia para atender a este aumento esperado pela FAO. O sucesso do agronegócio brasileiro



está exatamente em aumentar a produção, diminuir o preço da cesta básica e aumentar o acesso ao alimento. Isso é resultado de conhecimento, de competência, de técnica e de muito trabalho.

Quando se observa o cenário dos dez maiores problemas para a humanidade, pelo menos cinco (energia, água, alimentos, meio ambiente e pobreza) estão diretamente relacionados com a agricultura.

O desenvolvimento sustentável é aquele em que se deve satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. Tem de ser econômica, social e ambiental com o envolvimento da comunidade, das ONGs, dos órgãos reguladores e de pesquisas. É um cenário muito complexo, e temos de trabalhar de forma conjunta.

Os avanços na biotecnologia transformam os mercados e ampliam as oportunidades na agricultura e na bioindústria. A nanotecnologia pode contribuir para o desenvolvimento de novas ferramentas para a biotecnologia.

O Brasil será uma grande potência se tivermos sustentabilidade, qualidade, biodiversidade, segurança alimentar e comprometimento com as mudanças climáticas. Precisamos de legislação adequada, interação pública e privada, pesquisas focadas em demandas reais, redes de pesquisas, recursos financeiros e mudança de postura. As ações devem ser dirigidas para o desenvolvimento de produtos de alto valor agregado nas *commodities* já produzidas com eficiência. Ainda ganhando dinheiro com o agronegócio com *commodities* primárias. Temos que ter a interação com a indústria para a devida agregação de valor.

Mencionei que o “solo é a Pátria, cultivá-la é engrandecê-la”, mas ousou inserir algo mais: O solo é a Pátria, cultivá-lo e conservá-lo a engrandece e garante a sustentabilidade e a vida. Obrigado.

DEMANDAS E TENDÊNCIAS DOS CONSUMIDORES

Jean Louis Gallego*

O que ocorre hoje em dia? O avanço da mulher no mercado de trabalho; casais jovens sem filhos; consumidores com idade avançada e renda; pessoas morando sozinhas ou saindo mais tarde da casa dos pais e o impacto direto e acelerado da tecnologia no comportamento das pessoas.

Tudo é muito mais rápido para uma vida mais longa e melhor, com maior nível de consciência, informação e exigência do consumidor. Ficamos mais atentos e conscientes a mensagens publicitárias, enquanto a comunicação informal ou boca a boca ganha relevância. Como estamos ávidos por inovação e dispostos a experimentar novas tecnologias e produtos, tornamo-nos cada vez menos previsíveis e menos fiéis.

Desde 2004, o aumento real ano a ano do emprego e da renda acelerou o crescimento do consumo da alimentação no Brasil. Por sua vez, aumenta a participação da mulher no mercado de trabalho e diminui o tempo de preparo das refeições. Enquanto na década de 70 demorava duas horas para preparar uma refeição, hoje necessita 15 minutos.

Nos últimos quinze anos, a alimentação fora do lar cresceu 532%, contra 263% no varejo. Isso é um crescimento anual de 13% para a alimentação fora do lar *versus* 9% no varejo. Em países mais desenvolvidos, a alimentação fora do lar hoje representa 50% do faturamento da indústria.

Apesar de termos um grande percentual da população na faixa economicamente ativa, o Brasil envelhece. É necessário captar as necessidades que o Brasil mais idoso gerará para a agricultura, a indústria de alimentos e o agronegócio.

*Diretor da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” Esalq/USP

De 2002 até hoje, a participação na renda brasileira caiu de 30% para 16% na classe A e subiu nas classes C e D de 43% a 59%. Precisamos também olhar esse consumidor emergente, que necessita de alimentação adequada.

Os principais catalizadores dessas mudanças no Brasil são o crescimento da renda, do emprego, das classes C e D, da feminização, dos públicos de nicho (*singles*, GLSBT e idosos). Isso puxando forte o crescimento na alimentação fora do lar.

Percebemos algumas tendências e necessidades em termos da alimentação:

- De conveniência (rápida, micro-ondas, *sous vide*, *cook chill*);
- Embalagens: biodegradabilidade e monoporção (famílias com menos pessoas);
- Alimentação simbiótica: propriedades probióticas e pré-bióticas (ingestão de alimento pensando em nutrição, saúde, benefício para algum órgão vital, alimentação com colágeno, pão francês com uma melanina etc.);
- Alimentação *diet e light*: pessoas com diabetes;
- Alimentação orgânica para quem busca saudabilidade;
- Selos de origem para atestar e mostrar de onde vem o produto;
- Alimentação com baixo carboidrato ou baixo açúcar ou baixa gordura;
- Alimentos livres de lactose: população alérgica aos derivados lácteos;
- Alimentação saudável é de baixo preço, como o projeto de sanduíches para micro-ondas.

Como indústria, precisamos entender para onde vão as tendências. Hoje em dia, não se pode mais desenvolver e tentar a venda de um produto no mercado sem informação. Tem de olhar as demandas e as tendências dos consumidores. Obrigado.

*Diretor de Marketing da FSB Foods e diretor da Associação Brasileira da Indústria de Alimentação (Abia)

O movimento Agricultura em Primeiro Lugar promoveu importante encontro durante maio último, em Paris, quando foi apresentado o exemplo de Gana, que, através de telefones celulares, divulga os preços dos produtos agrícolas no mercado central, eliminando a figura do intermediário.

3º - Acesso a meio e gestão de recursos. O microcrédito é importante para o produtor adquirir insumos modernos e máquinas.

4º - Proteger as culturas de pragas, doenças e ervas e criarmos educação contra o desperdício, desde o início do processo produtivo até o momento de consumo. No norte da África, roedores comem 10% daquilo que é produzido.

5º - Facilidade no acesso ao mercado significa fazer o fluxo de insumos entrando e de produtos saindo. Para isso, é fundamental a implantação de uma infraestrutura básica, que nem sempre acontece. Veja o caso do Brasil que está na iminência de ter sucesso bastante forte nas próximas safras, mas corre o risco de entrar num apagão logístico.

6º - Estabelecer prioridades para a pesquisa. A sustentabilidade é baseada, sobretudo, em investigação, ciência e tecnologia.

No caso da indústria de defensivos, trata-se do segundo maior segmento em investimento e desenvolvimento de novas moléculas e de tecnologia para a proteção de plantas e dos alimentos. Em 2009, 9,2% das vendas internacionais de defensivos, ao redor de US\$ 5 bilhões, foram investidos para desenvolver novos produtos. Uma nova molécula para entrar no mercado de forma sadia e segura leva aproximadamente nove anos, com investimentos em 150 mil moléculas para chegar, depois de US\$ 256 milhões, a uma molécula que possa atender ao aspecto da produção de alimentos.

Para encerrar, queria apresentar um comercial de trinta segundos, no qual a Andef comunica com clareza a necessidade de assessorarmos o produtor no seu trabalho. Para esta tarefa, foi criada a figura do Andefino, como parceiro de apoio do produtor, para andar de mãos dadas com o Olímpio, do InpEV, que tem recolhido embalagens de defensivos no Brasil inteiro.

*Diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

AGRICULTURA EM PRIMEIRO LUGAR

Eduardo Daher*

O movimento Agricultura em Primeiro Lugar, criado no princípio de 2009, nasce com ênfase no continente africano, diante da situação alarmante de fome em três de seus países: o Chade, a Eritreia e o Congo.

A Andef incorpora a solução para tentarmos, juntos, colocar a agricultura como atividade digna, a favor da sustentabilidade. Para isso, percorreremos seis pilares:

1º - Preservar os recursos naturais, como a gestão da terra e da água: temos aqui no Brasil o sistema de plantio direto e a integração lavoura, pecuária e silvicultura;

2º - Partilhar conhecimento, com educação e extensão rural, sobretudo para as mulheres; erradicação do trabalho infantil, informação sobre meteorologia e mercado.



PAINEL II

CENÁRIOS ECONÔMICOS E TENDÊNCIAS NO CONSUMO DE ALIMENTO

POSIÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Elísio Contini*

Apresentarei três teses. A primeira é que a agricultura brasileira fez a sua parte no abastecimento do mercado interno e no crescimento das exportações. Segundo, do seu grande potencial para o futuro. Terceiro, os desafios a superar. O foco está na eficiência produtiva, no suprimento de alimentos e na questão da bioenergia.

Antes de 70, tínhamos na agricultura uma baixa produção e produtividade concentrada no Sul e Sudeste, com crise de suprimento de alimentos, pobreza rural e falta de conhecimentos em agricultura tropical. O grande desafio, na época, era garantir segurança alimentar. A tarefa era a de transformar a agricultura tradicional em agronegócio, baseado em ciência e tecnologia.

Nesses 35 anos de história, na produção de grãos, a produtividade em quilos por hectare saltou de 1.258 para 3.100. Essa foi uma grande revolução. Isso economizou mais de 58,3 milhões de hectares no cultivo de grãos. Poupamos florestas, erosão de solos e a biodiversidade.

Brasil: Ganhos anuais de produtividade (%)

Período	Arroz	Milho	Feijão	Soja	Trigo
1975 a 2010	3,51	3,04	2,18	1,90	2,92
1980 a 1989	3,99	1,24	-0,22	0,79	9,21
1990 a 1999	4,20	4,53	3,43	4,04	4,32
2000 a 2010	3,45	2,80	2,50	0,96	1,79

Fonte: Gasquez et al (2010). Dados do IBGE

Na produção de carnes, o destaque para a evolução de frangos e suínos também com potencial. Na pecuária, de 1970 a 2006, a área cresceu 13%, enquanto a produtividade aumentou 87%. A área de pastagem cresce até 1985 e depois começa a decrescer, enquanto sobe a taxa de lotação.

Brasil: Evolução da pecuária de corte

	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Rebanho ¹	78,55	101,67	118,09	128,04	153,06	171,01
Pastagem ²	133,48	165,65	174,50	184,34	177,70	158,75
Lotação ³	0,59	0,61	0,68	0,69	0,86	1,08

Fonte: Censos agropecuários. 1 milhões de cabeças. 2 milhões de hectares. 3 cabeças por hectare

Na matriz energética nacional, a participação da energia renovável é de quase 50%, com destaque para a cana-de-açúcar, com 18%. Isso é muito significativo.



Na questão do mercado interno e da exportação. Em 99, exportávamos US\$ 20 bilhões. Hoje, estamos entre US\$ 65 a US\$ 70 bilhões. Quanto aos destinos, cresce a importância da China e da Rússia. No futuro, teremos a Índia e outros países do sul da Ásia. Apesar disso, os preços reais da cesta básica caíram pela metade entre 1975 e 2010.

Brasil: Ranking na produção e exportação, em 2009

Produtos	Produção	Exportação	Exportação (US\$ milhões)
Açúcar	1º	1º	6.167
Café	1º	1º	3.364
Suco de laranja	1º	1º	1.469
Soja	2º	1º	9.308
Bovinos	2º	1º	3.923
Tabaco	2º	1º	1.752
Etanol	2º	1º	1.605
Aves	3º	1º	3.203
Milho	3º	4º	460
Suínos	4º	4º	1.036

Fonte: Mapa

As principais forças motrizes das mudanças do agronegócio brasileiro são o empreendedorismo dos agricultores, o apoio governamental, as extensas áreas de terras mecanizadas e a tecnologia para a agricultura tropical.

Algumas tecnologias foram realmente radicais e transformadoras, como a fixação biológica de nitrogênio e soja, que economiza US\$ 5 bilhões por ano. Na agricultura sustentável, além da integração entre lavoura, pecuária e floresta, temos as máquinas colhendo soja e os tratores atrás plantando milho, em sistema de plantio direto.

Existem os problemas, como os seis pilares priorizados pelo setor privado aos presidencialistas: a garantia de renda para o agricultor; infraestrutura e logística; comércio exterior; pesquisa, desenvolvimento e inovação; defesa agropecuária e institucionalidade do poder público. Obrigado.

*Chefe do Centro de Planejamento Estratégico da Embrapa

CONSUMO DE ALIMENTOS TRANSGÊNICOS

Neuza Maria Brunoro Costa*

A população no século XX passou de dois para seis bilhões, e a expectativa é de que, na metade deste século, aumente em mais 50%. Isso preocupa, porque demandará aumento da produção de alimentos.

Os alimentos geneticamente modificados constituem uma possibilidade nessa proposta de aumento na produtividade, maior resistência de insetos e pragas, com melhoramento das propriedades sensoriais e do valor nutricional, funcional e terapêutico dos alimentos. Trata-se de uma tecnologia relativamente nova, de 1953, com a descoberta da estrutura do DNA.

No melhoramento convencional, a planta doadora transfere as características desejadas. Na biotecnologia, a transferência é mais pontual e rápida, pois é possível pegar apenas aquela característica desejável e implantar na nova variedade. No Brasil, temos 22 eventos transgênicos aprovados na agricultura: cinco de soja, onze de milho, seis de algodão. A produção de alimentos geneticamente modificados é uma área crescente no Brasil e no mundo.

Da área plantada, a transgenia representa mais de 70% na soja, 16% no algodão e 30% no milho, com a tendência de aumentar no alimento *in natura*, voltado para ração animal, como também nos ingredientes usados na indústria de alimentos.

Como geram muitas dúvidas e incertezas, a população merece explicações sobre as verdades, realidades e os mitos a respeito dos alimentos GMs. Para isso, existe um conjunto de procedimentos direcionados à prevenção e minimização de riscos.

A Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, estabeleceu as normas de segurança e os mecanismos de fiscalização das atividades que envolvam OGMs, criou o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), reestruturou a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e definiu a Política Nacional de Biossegurança (PNB).

O fato de haver mudança genética implica no desenvolvimento de novas proteínas nos alimentos GMs. Apesar do seu perigo alérgico e tóxico, o risco é baixo, quando aplicadas as medidas de precaução.

As alergias alimentares afetam a cerca de 2% da população mundial e 8% dos enfartes. Oito alimentos respondem por 90% das alergias alimentares: amendoim, soja, crustáceos, peixes, leite, trigo, ovos e castanhas.

Para avaliar as substâncias alergênicas dos alimentos, existem as provas bioquímicas, de imunoenaios, *in vitro* com soros de indivíduos sensíveis e de sensibilidade cutânea. Nos casos dos alimentos associados a manifestações alérgicas, as avaliações são mais minuciosas. A fonte do gene é importante nessa avaliação.

Outra avaliação, adotada pelo códex, é a equivalência substancial, em que o alimento GM é comparado a sua contraparte

convencional para verificar a equivalência: fenotípica e agrônômica, de micro e macronutrientes (proteínas, lipídios, minerais etc.), de segurança (antinutrientes, toxinas e alérgenos) e de nutrição (estudos com animais para observar a resposta ao consumo do alimento novo).

A avaliação de toxicidade estabelece se o alimento GM é tão seguro quanto o convencional. São vários os testes para avaliar o grau de toxicidade, e existem princípios para se estabelecerem recomendações nutricionais dos nutrientes e dos aditivos.

O potencial dos alimentos GM é atender à demanda por produtos mais atraentes. As biofábricas produzem alimentos fortificados, com capacidade de modular funções orgânicas, pois reduzem as carências nutricionais.

As culturas podem ser biofortificadas com vitaminas e minerais, como nos casos do ferro em arroz, zinco em milho e vitamina A em trigo. Entre os programas de fortificação há o *Harvest Plus* (ferro, zinco e B caroteno em culturas básicas) e o *Golden Rice* (arroz dourado com B caroteno).

A biotecnologia também é aplicada nos alimentos de origem animal, como, por exemplo, na mudança da composição dos ácidos graxos dos óleos e carnes, para ficarem mais saudáveis e ricos em ômega 3.

O valor funcional dos alimentos traz benefícios à saúde quando altera o perfil dos ácidos graxos, diminuindo o teor de ácido graxo saturado, relacionado com o aumento de doenças cardiovasculares. O betacaroteno no arroz, na cenoura, na mandioca, o licopeno no tomate e o teor de vitamina são todos componentes antioxidantes com a propriedade de reduzir o risco de doenças crônicas.

Mapeamos o genoma humano, e a biotecnologia muda e torna a composição do alimento mais saudável e personalizada, de modo a atender as pessoas com tendência à diabetes, obesidade ou doença cardiovascular.

Nenhum alimento pode ser considerado absolutamente seguro em todas as circunstâncias. O alimento perfeito não existe. Temos de avaliar as situações de segurança dos indivíduos para fazer uma proposta adequada para cada um deles. Obrigada.

*Professora associada da Universidade Federal do Espírito Santo

PROGRAMA QUALIDADE DESDE A ORIGEM

Leonardo Miyao*

Lançamos no ano passado um programa de rastreabilidade, com foco em alimento seguro. O Grupo Pão de Açúcar, em frutas, legumes e verduras, movimenta, por dia, três mil toneladas. No Ceagesp, o movimento gira em oito mil toneladas.

O programa, chamado Qualidade Desde a Origem, busca atender às exigências atuais: da legislação federal, quanto aos li-

mites de resíduos químicos em culturas, do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (Para), da Anvisa, do projeto de Lei 2005, sobre rastreabilidade e controle do processo produtivo de FLV (frutas, legumes e verduras).

Como membros, passamos por auditoria do Produce Marketing Association (PMA), presente em mais de 60 países, com sede nos Estados Unidos. O nosso programa, pioneiro no varejo mundial, avalia o desempenho do fornecedor, é reconhecido pela Anvisa e serve de referência para o mercado. Cada fornecedor possui o seu Controle de Desempenho do Fornecedor (CDF) através do qual o seu desempenho é controlado.

Temos o produto na origem, no transporte, no processamento, na distribuição e no consumidor. A cadeia é olhada de trás para frente. Procuramos os indicadores valorizados pelo consumidor. As auditorias dos fornecedores são apuradas na ficha técnica de compra, com base nas melhores práticas em termos de infraestrutura, *packing house* etc. A orientação é dada em cima do que o consumidor busca.

No início, a ficha técnica era muito voltada para o transporte. Quando mudamos a ficha do mamão papaia em termos de maturação, a venda cresceu 400%. Ninguém espera um mês para o mamão papaia amadurecer. Essas sutilezas fazem muita diferença na cadeia de distribuição. A conferência de qualidade no ato da recepção é feita em todas as centrais de distribuição.

Temos o site Qualidade Desde a Origem para os nossos clientes verem a origem dos produtos. O processo para identificar o desejo do consumidor está em constante evolução. Juntamos uma série de informações. Recebemos *input* dos consumidores dizendo: “Isso seria interessante você contar para gente”.

Quando se olha a cadeia de trás para frente, o consumidor tem a satisfação com a qualidade do produto e a disponibilidade de informação. Falamos muito na questão do defensivo agrícola, mas a contaminação microbiológica é pior. De qualquer forma, os dois itens são monitorados.

A origem comprovada mostra a distância percorrida pelo produto até o ponto de distribuição. Buscamos resgatar o produtor na cadeia de distribuição. Isso se perdeu no autosserviço. Passamos a olhar a cara do feirante, do padeiro e do açougueiro. Isso de alguma forma traduzia segurança para o consumidor.

Como supermercadista e grande gerenciador dessa relação produtor e consumidor, isso possibilitou o recebimento parcial. Antigamente, para cada caminhão era feita a amostragem do produto. Quando se identificava um problema, voltava o caminhão completo. Isso dá um impacto grande quando a gente fala no volume de negócios diários de três mil toneladas.

O fornecedor de FLV é um patrimônio. Para chegar no estágio de desenvolvimento para atender ao varejo, não é em um ano e uma safra. São muitos anos de dedicação e aprendizado.

O CDF, ao valorizar as melhores práticas, ficou a grande mola propulsora do programa. Na questão de pós-colheita, fornecemos o *check-list* para ser preenchido tanto na produção como no despacho da mercadoria. A rotulagem junto com o código

de rastreabilidade é fundamental. Os produtores passaram a ter uma gestão de produção muito melhor. Poucos tinham planilha de custo de produção e controle de lote e de despacho.

Em 2009, devolvemos 1.500 toneladas por mês. Com a auditoria de pós-colheita, evoluímos a não conformidade de 55.2 para 57.6. Ganhamos em recebimento 300 toneladas por mês. São 3.600 toneladas por ano que passaram a ser comercializadas e não devolvidas. Isso é um combate importante ao desperdício.

Com os ganhos econômicos com a redução de devolução, o fornecedor passou a observar as melhores práticas, em termos de produção, inclusive a aplicação de defensivos.

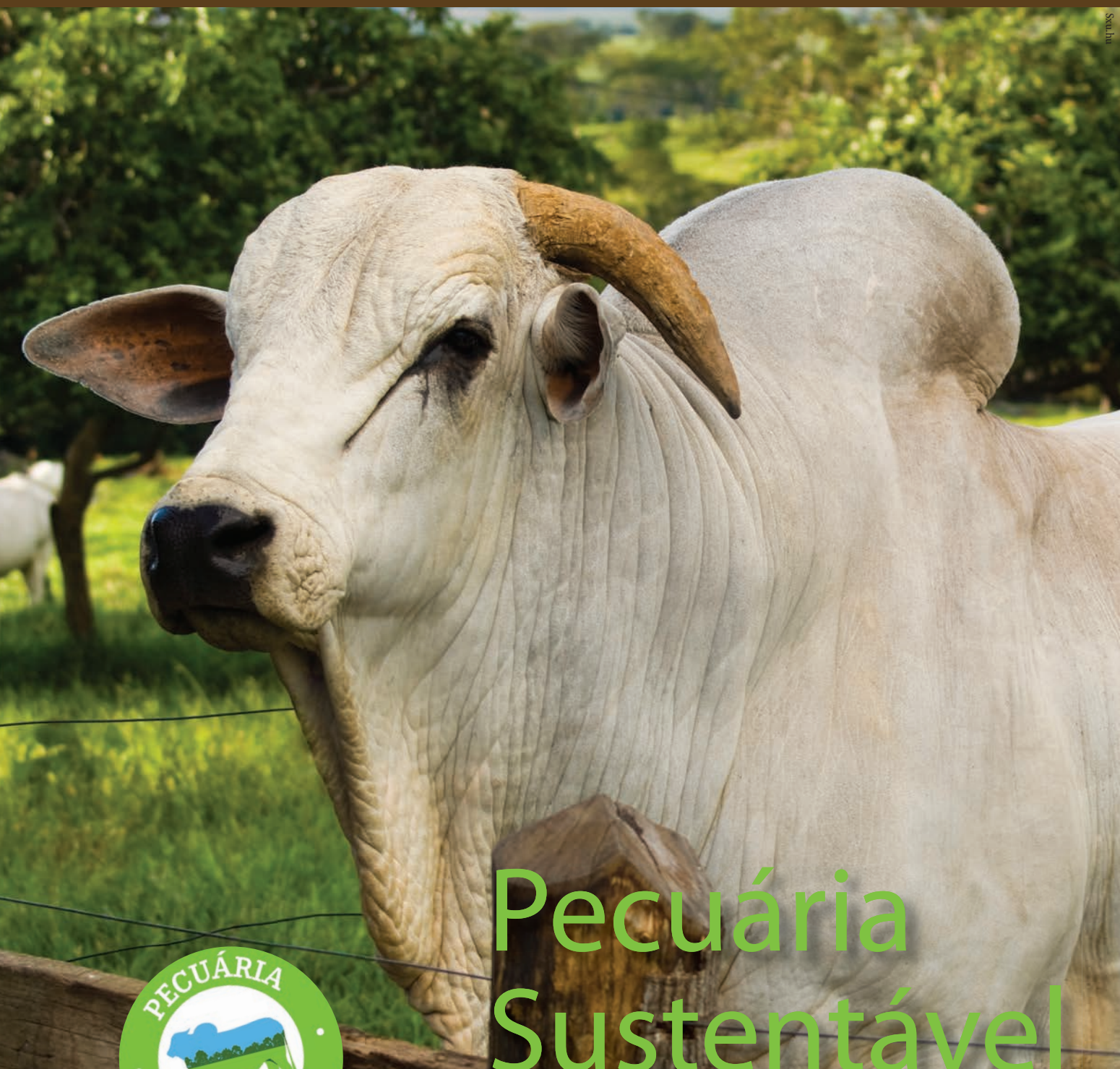
O programa obviamente precisa ser suportado por uma equipe de campo. Temos um atendimento nacional, com agrônomos e trabalho coordenado.

Em termos de custo de análise de resíduo, demandamos quase R\$ 2 milhões por ano. Esse custo é compartilhado pela metade entre os fornecedores e o Grupo Pão de Açúcar. Toda a cadeia nos procura para interagir e fazer cooperações. Isso ajuda olhar o que o consumidor valoriza, em termos de alimento seguro, de questões sociais e do meio ambiente. Obrigado.

*Diretor Comercial do Pão de Açúcar



Abag e Andef prestam homenagem à FAO, por seus 65 anos dedicados à agricultura e à alimentação, com uma placa entregue pelo diretor da Abag, Luiz Antonio Pinazza, e pelo presidente do Conselho Diretor da Andef, João Sereno Lammel, ao representante da FAO no Brasil, Hélder Muteia.



Pecuária Sustentável



Welles Pascoal

Diretor de Marketing da Dow AgroSciences

Futuro

Pensando no futuro e obviamente em sustentabilidade, não podemos deixar de perceber que o significativo aumento do PIB que vem ocorrendo em importantes países em desenvolvimento vem também colaborando para o aumento do consumo de alimentos.

A Dow AgroSciences continua comprometida com a busca e obtenção de soluções inovadoras e sustentáveis, para que seja promovido o aumento da produção agropecuária como resultado do aumento da produtividade por hectare. Com esse pensamento, lançamos recentemente o CONVERT* HD364, uma inovadora forrageira que é hoje a única *Brachiaria* híbrida disponível no mercado que alia características desejáveis da *B. brizanta*, da *B. ruziziensis* e da *B. decumbens*.

Ao proporcionar um melhor desempenho como forrageira de alta tecnologia para pastejo contínuo, o CONVERT* HD364 ajuda a aumentar a produtividade da carne e do leite dos ani-



mais na propriedade, representando, assim, uma real oportunidade de incremento nos lucros dos pecuaristas e, também, auxiliando os produtores a atingirem novos patamares de produtividade por hectare de forma sustentável, reduzindo a necessidade de abertura de novas áreas de pastagem, visando ao aumento da produção.

Olhando pela ótica financeira, outra solução da Dow AgroSciences que contribui para a Pecuária Sustentável é o *Beeftrade*, uma nova modalidade de negociação em pecuária, que transformou o ato de comprar produtos da Linha Pastagem. Essa ferramenta permite aos pecuaristas de todo Brasil comprar produtos da Dow AgroSciences em sua moeda, arrobas de boi gordo. O objetivo é otimizar recursos para tornar acessível ao produtor o que existe de mais avançado em tecnologia.

Estamos certos de que a pecuária sustentável é a melhor solução para diversos desafios que temos pela frente, especialmente o de atender à crescente demanda de proteína animal em todo o planeta. A Pecuária Sustentável não é um modismo, é uma necessidade para atender aos padrões ambientais, sociais e econômicos, com foco na sustentabilidade da pecuária brasileira. Por isso, a Dow AgroSciences continuará a desenvolver soluções que ajudem a aumentar a produtividade de maneira responsável.



Mario Von Zuben

Diretor de Registros e Relações Institucionais

Modelos sustentáveis para a pecuária

O Brasil é um país no qual a necessidade de uma gestão cuidadosa da atividade pecuária é latente. Durante décadas, a criação de gado avançou em um contexto de ampla disponibilidade de terras e baixa tecnologia. Isso resultou em amplas áreas alteradas para abertura de pastagens, quase sempre de escasso valor nutritivo e baixa capacidade de ocupação. Impor limites e reduzir a produção não solucionarão esse problema. Pelo contrário, as exigências aumentam. Daqui a 40 anos, em 2050, o mundo terá nove bilhões de habitantes, o que demandará dobrar a produção mundial de alimentos, principalmente de proteína animal, para atender a esse crescimento.

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de carne e o maior exportador. O País tem papel primordial nas soluções desses problemas. Visto isso, durante o Fórum de Sustentabilidade, realizado pela Dow Brasil em outubro, foram apresentados os resultados do projeto Pecuária Sustentável, que visa discutir as soluções e os modelos sustentáveis para o setor.

O projeto está apoiado em três pilares: tecnologia, financiamento e disseminação. O objetivo foi validar ações prioritárias, bem como discutir os desafios de implementação que servirão de guia e referência para desenvolvimento de projetos focados na sustentabilidade da pecuária brasileira. O valor a ser gerado por esse projeto se concentra na discussão, na captura, no alinhamento e na divulgação de temas relevantes para a pecuária sustentável.

Participam da iniciativa do projeto Pecuária Sustentável: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério do Meio Ambiente, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), a Associação dos Criadores de Nelore do Brasil (ACNB), a Associação dos Criadores do Mato Grosso (Acrimat), o Banco do Brasil, a Boviplan, a Scot Consultoria, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Banco JBS, a WWF, o TNC, a Aliança da Terra, o IFC, o Instituto de Zootecnia, a Associação dos Profissionais de Pecuária Sustentável (APPS), o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), o Instituto Ares, a Universidade Federal do Mato Grosso, a Embrapa, a Esalq - USP, o Pensa, o Rabobank, a Dow AgroSciences e a Dow Brasil que patrocinou o Fórum.

Nossa vivência mostra que a maior parte dos pecuaristas brasileiros está aberta para receber novas ideias. Juntos, esperamos trabalhar a favor da sustentabilidade e do futuro promissor da pecuária brasileira.

Desafio do sistema agroindustrial da pecuária

Samuel Giordano

Pesquisador Sênior - Pensa

Como o País se tornou o maior exportador de carne bovina do mundo, a carne brasileira assumiu posição de destaque no contexto internacional. Por conta de fatores intrínsecos e característicos, a sua produção é predominantemente feita a pasto.

A desconfiança do consumidor internacional com as práticas utilizadas na criação pecuária de muitos países carentes de espaço geográfico desagradou nas trágicas notícias da Encefalopatia Espongiforme Bovina, conhecida como o mal da vaca louca.

Com um dos maiores rebanhos do mundo, o Brasil necessita de investimentos em manejo de pastagens, racionalização da tecnologia já existente e melhorias contínuas em todas as fases dos processos de produção: sanidade, processamento, comercialização, distribuição, rastreabilidade e outros.

Assim, a questão da produtividade assume um tom de urgência e gravidade nos fóruns de discussão da pecuária bovina. A questão da capacitação dos recursos humanos requer especial atenção por parte dos componentes envolvidos no sistema agroindustrial da pecuária.

Os consumidores mais conscientes e bem informados começam a solicitar produtos com processos mais amigáveis de produção, ao longo da cadeia de custódia, do ponto de vista socioambiental. Isso não é diferente com a celulose e o papel, produtos oriundos das indústrias de base florestal, nem com o café, a soja, o óleo de palma e nem o será com a carne bovina.

O mundo, ávido pelas quantidades e pelos preços, volta-se para a qualidade e os processos de produção, temeroso pelo amanhã desconhecido, pelos efeitos dos gases estufa, pelo aquecimento do planeta e pelas mudanças climáticas. A preservação da biodiversidade, da água, dos fragmentos de alto valor de conservação, do solo, das comunidades tradicionais e indígenas, das comunidades rurais de trabalhadores, de proprietários ru-

Brasil: Números da pecuária

- **1,8 milhão** de propriedades rurais;
- **7 milhões** de empregos;
- **36 milhões** de bovinos abatidos por ano;
- **37,3 quilos** de consumo por brasileiro ano;
- **560 curtumes**;
- **4.150 indústrias** de calçados;
- **100 indústrias** de armazenagem;
- **700 indústrias** de carne e derivados;
- **55.000 estabelecimentos** de varejo.

Fonte: Embrapa



Sxa hu

Mundo: Exportação de carne bovina. 1000 t eq. carc.

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	2.134	2.405	2.534	2.163	1.926	1.906
Índia	617	681	678	672	675	700
EUA	316	519	650	856	785	837
Austrália	1.388	1.430	1.400	1.407	1.390	1.350

Fonte: Usda/MDIC/Secex

rais, de fazendeiros, de sitiantes, de colonos e ocupantes indica a direção da sustentabilidade nas produções envolvendo o produto do campo até o garfo.

Assim, surge a demanda por produtos mais sustentáveis e, dentre eles, a carne.

A preocupação ao longo do sistema agroindustrial da pecuária bovina envolve a comunidade científica, representantes de classe, indústria frigorífica, indústria de insumos e sementes, academia, consultoria e extensão, entidades financeiras, exportadores, governo, organizações não governamentais.

Antecipando-se aos movimentos do mercado e da sociedade e marcando presença para manter e crescer em competitividade no cenário mundial, esses segmentos se reuniram em um fórum para discutir a questão do milênio: a sustentabilidade da pecuária bovina.

Coordenados pelos pesquisadores do Pensa – Centro de Conhecimentos em Agronegócios da USP –, esses valores humanos participaram de três sessões de mesas-redondas: duas de discussão e proposição e outra final para apresentação de propostas iniciais de trabalho.

Reunir e coordenar talentos não é tarefa fácil. Isso só foi possível graças à:

- Forte cooperação, motivação e sensibilidade do grupo envolvido;
- Adoção da metodologia de gestão estratégica, aplicada de forma racional, estruturada e objetiva.

As respostas foram muito positivas. Trata-se de resultados prévios. Este é um processo de construção coletiva e contínua. Dessa forma, a validação das ideias é mais fácil e relevante.

Ainda há muito para se fazer, mas os caminhos estão dados e os rumos apontados. Cabem aos participantes e às partes interessadas os movimentos estratégicos desse xadrez gigante que é o mercado internacional de carnes.

Fernando Sampaio

Coordenador de Sustentabilidade da Abiec

Desafio Mercadológico

O Brasil produz 9,2 milhões de toneladas de carne bovina. É o segundo maior produtor e o maior exportador do mundo. As exportações deste ano, na sua maioria para os mercados em desenvolvimento, como a Rússia e países da Ásia e do Oriente Médio, deverão render mais de US\$ 5 bilhões. No entanto, cerca de 80% de nossa produção são destinados ao mercado interno.

O trabalho Long Term Meat Studies, do Gira, consultoria internacional especializada no comércio internacional de carnes, estima aumento de 3,6 milhões de toneladas no consumo mundial de carne bovina até 2020. O Brasil é apontado como o potencial fornecedor dessa demanda. O peso populacional e o crescimento em renda *per capita* irão consolidar os mercados em desenvolvimento como destinos preferenciais de nossas exportações.

A questão é: estes mercados estarão dispostos a pagar o preço de uma carne produzida de forma sustentável, que preserve os recursos naturais do País, a começar pelo próprio mercado brasileiro, de longe o maior comprador de sua produção?

O trabalho Brasil Food Trends 2020, publicado neste ano pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), identificou o perfil do consumo de alimentos no País.

Brasil: Tendência para o consumo de alimentos

	% População
1ª Conveniência e praticidade	34
2ª Qualidade e confiabilidade	23
3ª Sensorialidade e prazer	23
4ª Saudabilidade e bem-estar e sustentabilidade e ética	21

Fonte: Brasil Food Trends 2020

O grupo menos representativo, o quarto, trata de alimentos com o benefício à saúde, mas também dos consumidores de selos de qualidade e as informações sobre a origem dos alimentos. A busca pela qualidade de vida se traduz como um ideal mais amplo com a integração da sociedade e do meio ambiente.

Em certos setores da sociedade, existe uma concepção disseminada de que a sustentabilidade na pecuária poderia ser alcançada com o uso de protocolos para determinar as práticas de produção consideradas aceitáveis do ponto de vista da sustentabilidade.

Apesar de estarem disponíveis, os protocolos de certificação socioambiental são inaplicáveis em larga escala no Brasil, a não ser em nichos de mercado específicos e bem remunerados.

Apesar disso, como entende a certificação como a melhor saída, os mesmos setores da sociedade enxergam a indústria da carne



como a ferramenta para impor a regularização fundiária, trabalhista e ambiental, além de critérios além da legalidade ao setor produtivo.

Essa visão é desastrosa, porque, além de transferir ao setor privado responsabilidades do poder público, desenha o futuro com um mercado dividido entre:

- Um pequeno grupo de produtores capazes de aplicar os critérios exigidos, com vendas aos grandes frigoríficos, sufocados economicamente, sem condições para operar e adquirir a matéria-prima na escala econômica viável, com produto para comercializar a um custo de produção inflacionado;
- Uma grande maioria, excluída das vias normais de comercialização, jogada no mercado informal, reconhecido por não aplicar sequer critérios sanitários em suas cadeias de fornecimento, e o que se dirá de critérios socioambientais.

Conscientes do valor da ética e da sustentabilidade no mercado, as associadas da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) não renunciam às suas responsabilidades: as discussões sobre a rastreabilidade brasileira, o monitoramento do desmatamento de fornecedores da indústria na Amazônia e os critérios socioambientais aplicados na compra de bovinos apresentam avanços consideráveis.

Apesar dos problemas pontuais nas áreas da fronteira pecuária, as taxas de desmatamento caem a níveis recordes no País; em 20 anos a produção de carne brasileira aumentou em 227% para um aumento de área de apenas 4%, um salto de produtividade bem acima da média mundial; e a emissão de metano por quilo de carne produzida caiu 29%, a maior redução entre os países produtores. A sustentabilidade na pecuária se realiza na prática, em grande parte pelo acesso à informação e a novas tecnologias.

Com imenso potencial de crescimento em produtividade, a pecuária brasileira terá capacidade de suprir o mercado interno e o de exportação, sem afetar os seus recursos naturais.

A iniciativa da Dow Agrosciences tem o louvável mérito de buscar soluções para democratizar o acesso às verdadeiras chaves para esse futuro sustentável da pecuária brasileira: o conhecimento e a tecnologia.

Patrícia Perondi Anchão Oliveira

Pesquisadora da Embrapa Pecuária Sudeste

Interface com a pesquisa científica

A produção pecuária brasileira, além de atender ao mercado interno, contribui muito para a estabilização econômica e social do País. O Brasil se consolidou como o detentor do maior rebanho comercial do mundo e se destaca no cenário mundial com as exportações de carne.

As estimativas são de que a produção nacional das carnes de bovinos, suínos e aves passará das atuais 24,6 milhões para 37,2 milhões de toneladas em 2018 (AGE/Mapa). Uma das preocupações com esse grande crescimento está relacionada com o tratamento a ser dispensado às questões ambientais e de sustentabilidade.

Atualmente, o setor produtivo da pecuária é cobrado no sentido de melhorar os seus índices de produtividade pela adoção dos sistemas melhorados de produção e recuperação e intensificação das pastagens.

Com isso, a pecuária ficará mais sustentável para:

- Diminuir a pressão de desmatamento sobre a floresta;
- Diversificar as propriedades pecuárias;
- Disponibilizar as áreas para agricultura e agroenergia;
- Colocar os produtos pecuários mais próximos dos centros consumidores; e
- Melhorar a imagem nacional e internacional da pecuária brasileira.

Neste contexto, as instituições de pesquisa brasileiras trabalham em projetos para o desenvolvimento de metodologias que detectam, avaliam e mitigam os riscos ambientais. Ao mesmo tempo, aprimoraram normas e mecanismos de garantia da qualidade, da segurança e da rastreabilidade de

produtos da pecuária. Essas ações visam ofertar produtos seguros e ambientalmente corretos para o mercado nacional e internacional.

O desenvolvimento de novas tecnologias de produção sustentável contempla as boas práticas pecuárias e os mecanismos de desenvolvimento limpo. Para aumentar a produtividade, com respeito ambiental e social, são exemplos de tecnologias já consolidadas:

- A recuperação e a intensificação das áreas de pastagens;
- Os sistemas integrados lavoura, pecuária e silvicultura.

A transferência de tecnologia e as questões econômicas exigem esforços na interface entre as entidades governamentais, os setores de pesquisa e extensão junto com os elos da cadeia produtiva. É preciso mostrar comprometimento nesse sentido. Muitas vezes, diante da falta de resultados pontuais, os especialistas responsáveis pela elaboração dos Inventários de Emissão e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE) adotam padrões internacionais de emissão (*defaults*) inadequados e desfavoráveis às condições brasileiras.

Outro fato importante é a percepção de que a recuperação e a intensificação das pastagens possuem potencial de mitigação dos impactos ambientais das emissões de gases de efeito estufa decorrentes, principalmente, da emissão de metano entérico dos bovinos e da emissão de óxido nitroso pelas dejetos animais.

A pesquisa precisa considerar o balanço entre as emissões de GEE e os sumidouros de C para levantar a existência ou não desse pretensão potencial de mitigação das pastagens e do componente arbóreo dos sistemas pecuários melhorados. Também o manejo das áreas com pastagens nativas pode promover a biodiversidade local, além de contribuir para a preservação de importantes biomas brasileiros, como o Pantanal, a Caatinga e a região dos Pampas.

O grande desafio está na execução de estudos em redes de pesquisa, com vários tipos de especialistas, para desenvolvimento de projetos multidisciplinares repetidos de forma espaço-temporal. Tratar a complexidade dos estudos simultâneos nos compartimentos “solo-planta-animal-atmosfera” e suas relações com as questões econômicas, ambientais e temporais presentes nos diferentes sistemas de produção da agropecuária brasileira.

A organização das informações obtidas deve atender aos anseios de nossos parceiros comerciais, da comunidade científica internacional, da sociedade de maneira geral, dos responsáveis pelos inventários nacionais e regionais de emissões e remoções antrópicas de GEE. Deve ser evitado o uso de padrões de fatores de emissão de GEE inadequados (*defaults*) para as condições brasileiras. Os resultados deverão ser tratados de forma imparcial, transparente e adequada quanto à organização, ao armazenamento, à análise, especialização, divulgação e reportação dos mesmos à sociedade.

MERCADO GLOBAL

Grande demanda e oferta limitada

O cenário internacional é de disponibilidade limitada e preços firmes na carne bovina. A Austrália enfrenta longas estiagens com as mudanças climáticas no decorrer desses últimos oito anos. Na Argentina, o governo endurece e restringe as exportações. Os EUA deparam com pressão nos custos de produção da criação estabular, dependente de grãos. Na UE, o baixo ritmo da atividade econômica não atrai investimentos na criação, e o consumo prossegue em estabilidade.

Esse ambiente de fraca possibilidade de expansão mais forte na oferta, de certa forma, abre espaço para o Brasil aproveitar as oportunidades no mercado mundial. Mas a pecuária nacional também carrega seus graus de dificuldades. O seu rebanho ainda está em fase de recomposição do longo período de alto abate de fêmeas, enquanto os preços dos animais de reposição encarecem os custos dos confinamentos. Por sua vez, com a renda interna em crescimento, o consumo também avança.

Brasil: Previsões para a carne bovina (milhões de t)

Item	Safra 2008/09	2019/2020
Produção	7,83	9,92
Exportação	1,69	3,09

Fonte: AGE/Mapa

Mundo: demanda de alimentos

	2006	2050	Variação %
Produção (milhões de t)			
Cereais	2.100	3.000	42,85
Carnes	200	463	131,50
População (bilhões de pessoas)			
Urbana	3,32	6,44	93,97
Rural	3,38	2,76	-99,18
Total	6,80	9,20	35,29

Fonte: FAO/2009

Mais proteína animal

Em seu relatório anual sobre a Situação da Agricultura e dos Alimentos, a FAO prevê, até 2050, que a produção global anual de carne irá para 463 milhões de toneladas e o rebanho bovino de 1,5 bilhão de cabeças para 2,6 bilhões. Isso ampliará a demanda por grãos para ração em 553 milhões de toneladas no período. A pecuária tanto contribui quanto sofre com a mudança climática e deve ser desenvolvida de uma maneira ecologicamente correta ou vai elevar a pressão sobre o uso de terras, água, ar e sobre a biodiversidade.

Do lado externo, depois de reduzirem a compra de carne com a crise financeira mundial no segundo semestre de 2008, os mercados na Ásia e no Oriente Médio retomaram as importações para fortalecer a baixa nos seus estoques.

Com tudo isso, não há como traçar uma expectativa de reversão para baixo nos preços do boi gordo. Bom para o pecuarista conseguir melhorar a sua capitalização e ter condições para reinvestir na produtividade do rebanho. Mas o movimento de alta nos preços tem seu ponto de inflexão. Isso fica mais evidente à medida que os valores ultrapassam o patamar de US\$ 50 a arroba e os consumidores buscam outras preferências. Até mesmo os frigoríficos sentem as dificuldades financeiras para darem escala de abate às suas plantas. Afinal: quem poderia imaginar a cotação da carne bovina brasileira chegar a tão alto nível como este de 2010?

Situação dos grandes players da carne bovina

Argentina

Com as medidas contra as exportações, sofre diminuição de investimentos, e a produtividade não cresce. Com isso, o rebanho e a produção encolhem.

Índia

Com rebanho de 280 milhões de cabeças, tem potencial para crescer nas exportações. Um leve aumento no desfrute indiano gera excedente (o consumo interno é baixo) exportável com preços competitivos. No entanto, boa parte da carne produzida é de búfalo, para mercados menos exigentes.

Estados Unidos

Maiores produtores mundiais de carne, também devem exportar mais. O Usda prevê aumento de 60% nas exportações para a próxima década. O elevado consumo interno impede maiores volumes exportados. São o segundo maior importador mundial, seguidos pela Rússia.

Mundo: A bovinocultura de corte nos principais países

Item	EUA	Austrália	Argentina	Canadá	Brasil
Rebanho ¹	94,49	27,32	54,26	13,18	185,0
Desfrute	36%	31%	28%	29%	20,7%
Produção ²	11.816	2.100	3.200	1.300	8.935
Consumo ²	12.310	745	2.642	1.080	7.410
Exportação ²	785	1.390	560	475	1.555
Abate ¹	34,24	8,60	15,00	3,88	40,35

Fonte: USDA – outubro de 2009. 1 milhões de cabeças. 2 mil t eq. carcaça.





BRASIL

Virada no ciclo da pecuária

As evidências são claras na indicação de uma virada no ciclo da pecuária nos últimos anos. Depois de abates elevados de matrizes entre 2002 e 2006, escasseiam bezerras, novilhos e animais magros. De junho de 2007 a outubro de 2008, veio a alta do boi gordo, do bezerro e do boi magro, junto com a queda da taxa de abate de fêmeas. Para o criador, ficava desestimulante o confinamento em 2008.

Mesmo com a economia bastante aquecida no primeiro semestre de 2008, desde janeiro de 2008, o comportamento da UE passou a ser de interrogação com relação às importações do Brasil. Depois, em outubro de 2008, a crise financeira mundial trouxe uma dificuldade geral para os embarques.

Diante dos investimentos acumulados pelas indústrias frigoríficas até 2008, a capacidade anual de abate chegou a mais de 70 milhões de cabeças. Aparentemente, essas aplicações pareciam boas, mas não aconteciam no momento adequado. Mas, em 2008, o abate de bovinos teve brusca queda no terceiro e no quarto trimestre, na esteira da crise financeira mundial, que levou várias indústrias à falência.

Deu-se, então, o início de um período crítico, marcado pelos pedidos de recuperação judicial de alguns dos principais frigoríficos do País. Era uma sucessão de assembleias que acontecem para definir o plano de recuperação das empresas e o pagamento das dívidas com os produtores.

Em 2009, dois fatos ficaram marcantes:

- 1º As recuperações judiciais pedidas pelos frigoríficos;
- 2º As grandes aquisições e incorporações realizadas pelos grandes frigoríficos (JBS, Marfrig, Minerva).

Também em 2009, face à acentuada diminuição nos volumes exportados, o ritmo de abate continuou baixo e até diminuiu, enquanto a produção foi redirecionada para o consumo interno. Já os prejuízos gerados a partir do pedido de recuperação dos frigoríficos ainda colocam obstáculos para os criadores honrarem seus compromissos até os dias atuais.

Exportação de carne bovina

A crise iniciada em 2007 com a diminuição das vendas para a UE tornou as relações comerciais entre produtores e indústria mais difíceis. De acordo com a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com mais de R\$ 1 bilhão de receita a receber dos frigoríficos, em situação debilitada, pela falta de capital de giro, os criadores querem receber à vista.

Consolidação em marcha

Além da marca, do potencial de crescimento e do valor agregado, outros fatores importantes são a escala, a diversificação de produtos e a localização geográfica das empresas. As companhias com mais escala geralmente possuem custos menores, posicionamento forte em relação aos consumidores e opções de financiamento, como o mercado de capitais ou injeções de recursos do BNDES.

O BNDESPAR é o acionista estratégico de enormes corporações com o JBS (23% do capital), o Marfrig (11,6%) e também o Independência (22%). A diversificação de produto ajuda a reduzir o impacto das variações na demanda. Já a diversificação geográfica diminui riscos com problemas sanitários, por exemplo. Em 2009, a consolidação das grandes corporações frigoríficas e a pressão dos agentes financeiros trouxeram mudanças no modelo de administração de diversas organizações.

Para superar o impacto da crise financeira mundial iniciada no quarto trimestre de 2008, a cadeia produtiva da pecuária reestrutura as suas negociações com os fornecedores e distribuidores de carne, com mudanças no processo administrativo. As operações a termo e contratuais crescem nas compras de animais, enquanto a indústria investe em confinamentos de alta escala para garantir o seu abastecimento de matéria-prima.

Para amenizar, neste ano, os preços de exportação voltaram a subir em que pese a valorização do real em relação ao dólar. Os exportadores conseguem renegociar preços, justamente por causa do dólar mais fraco.

Os pecuaristas que se ajustaram às regras de rastreabilidade ficaram frustrados. Isso explica parte do baixo interesse por animais de reposição.

Brasil: Abate de bovinos

Trimestre	2007	2008	2009	2010
1º	7.957	7.239	6.446	7.075
2º	7.744	7.576	6.844	7.587
3º	7.625	7.141	7.216	
4º	7.386	6.678	7.479	
Total	30.712	28.634	27.985	-

Fonte: IBGE

Brasil: Exportação de carne bovina in natura para a UE

Ano	Mil toneladas	US\$ milhões
2000	104	338
2001	125	341
2002	128	353
2003	163	496
2004	224	890
2005	295	914
2006	314	1.160
2007	195	1.087
2008	36,2	270
2009	44,7	297

Fonte: Secex/MDIC

Firmeza dos preços

Em 2010, a situação de liquidez dos criadores melhorou com a retomada das exportações das carnes brasileiras e do acesso a crédito aos níveis pré-crise financeira global. A oferta de bovinos para abate esteve abaixo da esperada. Com a disponibilidade ajustada, os frigoríficos encontram dificuldades para comprar animais, e os preços se firmaram.

A capacidade de abate está elevada, por causa dos altos investimentos em plantas de abate de bovinos antes da crise de 2008 e pelo fato de as unidades deixarem de operar com a falta de matéria-prima. O rebanho se recompõe de forma lenta.

Tradicionalmente, a disponibilidade de animais para abate é menor durante o período de inverno. Neste ano, no entanto, a situação ficou mais crítica por duas razões:

1º A valorização dos preços do boi gordo no mercado interno reflete o expressivo aumento na taxa de abate de matrizes nos últimos anos. Sem renda suficiente, os pecuaristas abateram boa parte do rebanho, a maioria de fêmeas. Em anos normais, o abate de fêmeas oscila entre 22% e 25%. Há três anos, no entanto, esse índice atingiu o pico de 47%.

2º O longo período de seca e as queimadas destruíram as áreas de pastagem, cuja recuperação levará tempo. Como isso retardará o processo de engorda a pasto, os preços do boi gordo podem continuar firmes, em alta, mesmo com a chegada das chuvas.

Nesse cenário, as indústrias não conseguem recorrer à estratégia de completar as escalas de abate com fêmeas, prática comum nos últimos anos. Como não há lotes de fêmeas disponíveis, a única alternativa é comprar lotes de boi gordo.

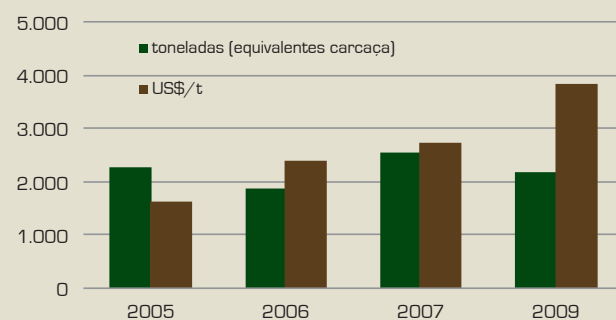
Diante da redução dos embarques destinados para a UE, as plantas de abate colocaram em segundo plano o caráter de urgência por animais com rastreabilidade, cujos preços variavam em função da região, do lote e da necessidade da compra.

A estação de inverno mais fria e seca deste ano afetou a engorda dos animais, seja a pasto como os semiconfinados. Para ter melhor rentabilidade, afetada pelos altos preços pagos para reposição dos animais, os criadores seguravam os lotes prontos na espera de melhores preços. Essa característica marcou a entressafra iniciada no fim de maio.

Por sua vez, as compras em outros locais, os abates de animais já contratados e provenientes de confinamentos próprios representavam alternativas impossíveis para a grande maioria dos frigoríficos.

Com a disponibilidade de boi gordo apertada, as indústrias entraram no segundo semestre de 2010 com problemas para programar as suas aquisições. Os negócios passaram a ser fechados com maiores valores e prazos mais curtos. Poucos pe-

Brasil: Exportação de carne bovina



Fonte: Secex/MDIC

cuaristas estavam em condições de aproveitar esta boa oportunidade de mercado.

Para os frigoríficos, a decisão depende do preço da matéria-prima, que acumula um quinto de alta entre janeiro e outubro deste ano, com a possibilidade de acesso a crédito a juros adequados. Esse balanço forçou muitas unidades industriais a reduzirem seu ritmo, com queda na oferta de carne e pressão nos preços dos cortes no pico da entressafra.

Valorização do gado de reposição

Enquanto os preços pagos pelo boi gordo se mantêm, a valorização do gado de reposição (bezerros) e do boi magro para confinamento demonstra o reaquecimento da cadeia de gado de corte. O melhor sinal de investimento na criação é emitido pela maior retenção de matrizes, com tendência de crescimento depois de 2006 quando, em junho, o valor deflacionado da arroba em São Paulo atingiu o menor patamar em mais de 30 anos.

Neste ano, apesar do movimento de queda nas escalas de abate, as dificuldades na aquisição de bovinos prosseguem, e o preço da arroba mostra firmeza, depois de três anos de fraco desempenho. Essa reação resulta da combinação de fatores como:

- O consumo mais forte, por causa do efeito de maior renda da população;
- Falta de chuvas que penaliza a qualidade dos pastos e retarda a terminação do gado;
- Recomposição do rebanho abaixo do ritmo necessário.

Nesse processo dois aspectos merecem atenção:

- 1º Melhoria da qualidade genética do rebanho nacional;
- 2º Retomada do abate de fêmeas, próximo da taxa ideal de 34%.

Em vários momentos nos últimos anos, porém, o índice de abate de matrizes esteve bem mais alto. Essa é a melhor explicação para a queda na produção e o maior preço de bezerros, que se tornam bois gordos em cerca de dois anos.

No curto prazo, a maior oferta de animais dos sistemas de confinamento constitui uma hipótese descartada, principalmente em função da valorização do boi magro na primeira metade do ano. Com isso, permanece viva a perspectiva de boa remuneração para o pecuarista.

Outra baixa no confinamento

Com a oferta escassa de boi para abate pelos frigoríficos, o confinamento de gado recuou de forma expressiva no País, de acordo com estimativa da Associação Nacional dos Confinadores (Assocon). Essa queda decorre do menor:

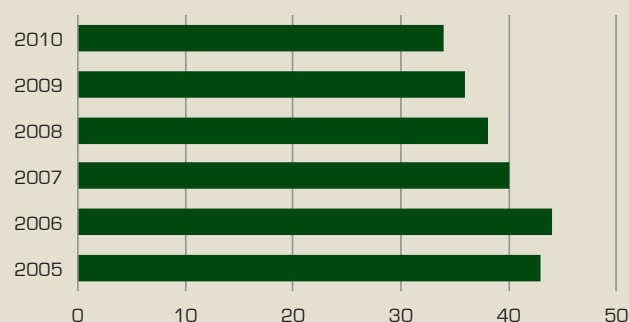
- 1º - Preço da arroba sinalizado no mercado futuro para setembro e outubro: R\$ 78,00 no boi gordo e R\$ 90 no boi magro. A margem estava negativa mesmo com os preços favoráveis para os grãos;
- 2º - Estoque de animais entre 300 a 400 quilos para serem colocados na engorda intensiva, até alcançarem os 500 quilos, entre 2002 e 2006;
- 3º - Número de bezerros produzidos com elevado abate de matrizes em função da descapitalização dos criadores até 2006;
- 4º - Tempo para recompor o rebanho de animais mais novos.

A baixa disponibilidade de bois confinados agravou a situação registrada no começo do semestre quando a arroba passou a subir de forma substancial. Além disso, a seca deste ano, iniciada cedo, no fim de março, na região Centro-Oeste também afetou a engorda dos animais de pasto.

Houve apenas precipitações esporádicas, e a previsão era de chuvas para fim de outubro. Muito boi no pasto perdeu peso e somente terá melhor condição de abate depois de novembro.

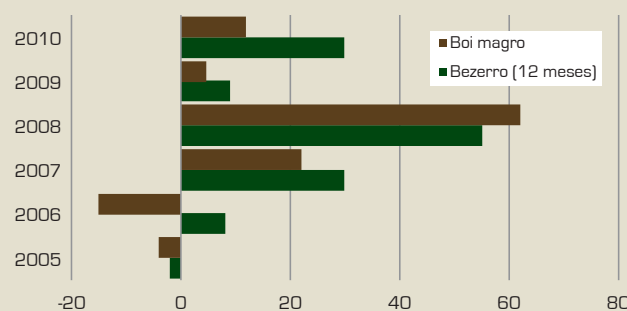
O governo poderá contribuir para a recuperação da oferta de bovinos de corte, com créditos adequados para o pecuarista investir na reforma das pastagens e reter rebanho para aumentar o número de bezerros.

Brasil: Taxa de abate de matrizes na pecuária (%)



Fonte: Sondagem Agroanalysis

Brasil: Variação de preço no primeiro semestre (%)



Fonte: Sondagem Agroanalysis

Prática secular

O confinamento de bois é desenvolvido sob uma gama de variações regionais no Brasil em termos de escala, estrutura, mecanização e tecnologia. O sistema é predominado por criações anuais de até três mil animais, relacionados ao ciclo completo ou à recria e à engorda. Os grandes confinamentos normalmente resultam de investimentos empresariais oriundos de outros setores e das unidades frigoríficas. A capacidade estática para a engorda passa de dez mil animais.

Conforme as suas variações, os confinamentos operam com insumos diferentes e adotam estratégias específicas para a compra e a venda de animais. Cada unidade pode ter a sua gestão peculiar, mas o objetivo visado é uno: o lucro.

Especialistas estimam cerca de 1.500 propriedades dedicadas ao confinamento no Brasil, sendo que ao redor de três quartos da produção brasileira de gado confinado estão concentrados nos Estados do Centro-Oeste (GO, MT e MS) e Sudeste (SP e MG). Essas regiões contam com os insumos, as matérias-primas e as condições para o confinamento.

A prática do confinamento é secular. Existem gravuras do Egito antigo com indivíduos tratando da alimentação dos bovinos. O confinamento consiste justamente em oferecer ao animal alimentação e água em quantidades necessárias para o seu desenvolvimento. UE, EUA, Austrália, África do Sul, Argentina e México também são grandes utilizadores desse sistema de criação.

Recomposição do rebanho nacional

Atualmente, o volume de gado confinado no País e os estoques de animais acima de 36 meses em Mato Grosso seguem em queda, segundo a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat). Os frigoríficos de grande e pequeno porte disputam preço. Os maiores, com escalas programadas, já compraram boi a termo e pressionam as cotações. Os menores entram no mercado físico e pagam preços mais altos, estabilizando as cotações.

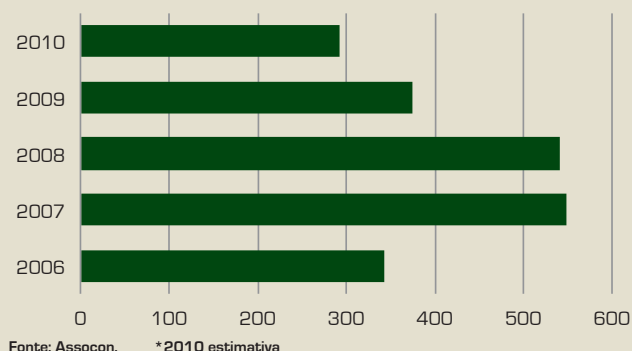
Depois dos abates acelerados de fêmeas em 2006 e 2007, a pecuária brasileira sente o reflexo da redução de bezerros, com preços elevados para animais de engorda. A recomposição do rebanho deve levar pelo menos mais tempo, com as cotações de bezerros em patamares elevados.

Levantamento da Acrimat feito em Mato Grosso mostra previsão de redução nos estoques de bovino macho acima de 36 meses para os próximos anos. O estudo levou em consideração os números oficiais de vacinação, por faixa etária, dos últimos cinco anos de campanhas feitas no mês de novembro.

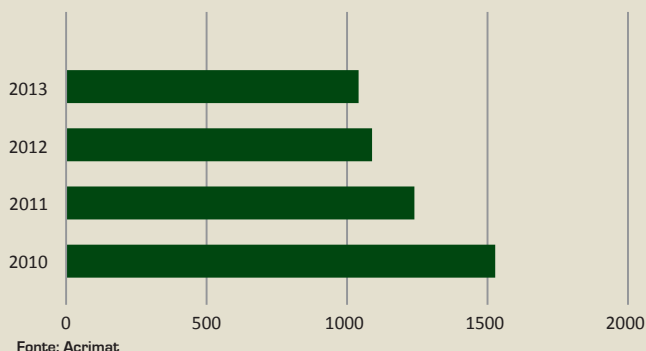
O País possui condições de atender ao consumo interno, mas as exportações de carne podem recuar. Os preços e as políticas públicas definirão o destino da carne. O criador terá de avaliar se vale a pena vender o boi magro ou esperar a engorda. A produção de gado confinado exige engenharia financeira. O produtor precisa comprar o boi magro e garantir a sua venda, daqui a seis meses, com boa margem de ganho. Nos últimos dois anos, a atividade frustrou muitos pecuaristas.

Para 2011, o Brasil estará em fase de recomposição do rebanho, ao contrário de outros grandes mercados mundiais, com preços atraentes, boa rentabilidade e aumento de animais confinados. A valorização de preços no setor pecuário aponta para a necessidade de os projetos de cria (produção de bezerros) repuserem não apenas os plantéis com vacas mais jovens, mas também aumentarem a quantidade de fêmeas.

Brasil: Confinamento de bois (mil cabeças)



MT: Previsão de gado pronto para abate (mil cabeças)



Novo Código Florestal

Sanando injustiças

Marco Olívio Morato de Oliveira*

É FATO que o Código Florestal brasileiro, conceitualmente, é um dos mais modernos quando comparado ao de outros países. Na prática, porém, criou um passivo, um débito que foi injustamente imputado aos proprietários rurais. Além de perderem o direito de utilizar o bem proveniente do seu esforço e trabalho, muitas vezes se viram obrigados a recompor as áreas que na legislação anterior foram legalmente abertas. A intenção da mudança, ocorrida em 2000, foi boa: dar à Reserva Legal (RL) a função de reserva ambiental, onde a biodiversidade já existente fosse preservada. Mas, neste caso, um ponto teria de ser considerado: não só os benefícios deveriam ser coletivos, mas também os ônus decorrentes desse processo, questão que não foi prevista na lei.

Cabe lembrar que a redação inicial do Código tinha instrumentos como RL só para a Amazônia. As Áreas de Preservação Permanente (APP) ficavam restritas a cinco metros de vegetação nas margens dos rios, independentemente da sua largura. As restrições e os limites que aconteceram ao longo do tempo não tiveram a devida atenção do poder público.

A questão é tão importante, que as legislações mais modernas que tratam do meio ambiente têm internalizadas conceitos de pagamentos por serviços ambientais. Estes ainda são uma incógnita, pois devem considerar em seu cálculo alguns benefícios que são intangíveis e transformá-los em retornos financeiros ao prestador desses serviços.

Enquanto essas questões não estão sendo resolvidas, existe o medo da devastação, que assombra e influencia a opinião pública e alguns setores do Exe-

cutivo, Legislativo e Judiciário, cenário que também serve para o oportunismo de alguns. O ideal, na verdade, seria que as políticas públicas e a ação do Judiciário se pautassem na realidade do nosso povo, do nosso território de dimensões continentais, onde cada região tem suas peculiaridades e, com isso, construíssem e implementassem instrumentos que, ao mesmo tempo, promovessem a justiça e a recuperação ambiental.

O que vemos, porém, é uma falta de compreensão sobre o assunto, por mais que estudos sérios mostrem que o mais interessante seria:

- a) preservar o que ainda existe;
- b) mapear áreas sensíveis;
- c) promover o adequado tratamento das unidades de conservação, pois estas ainda sofrem com a não regularização fundiária.

Embora alguns digam que o atual Código Florestal tenha embasamento científico, os estudos são experimentais e somente comprovam que o mesmo está aquém do ideal para a manutenção da biodiversidade. O resultado disso tudo é a geração de conflitos – perde o meio ambiente, perdem os proprietários rurais, perde a sociedade como um todo, e ainda não temos a resposta de quem pagar por isso.

Foi para tentar resolver esses conflitos que uma comissão especial na Câmara dos Deputados redigiu o novo texto do Código, com esmera relatoria do deputado Aldo Rebelo. Nesse momento, considerou-se que a adoção de mecanismos eficazes de proteção e promoção da qualidade ambiental é condição indispensável para a própria sustentabilidade da produção agropecuária. É a partir dessa perspectiva

que o relatório, com caráter de substitutivo, aprovado nessa comissão especial, propõe a suspensão de novas supressões de florestas nativas pelo prazo de cinco anos para abertura de novas atividades agropecuárias, atrelada à consolidação das áreas já utilizadas com tais atividades.

Aspectos relevantes do novo texto:**1 – Moratória**

O primeiro dos mecanismos previstos (moratória na supressão de florestas para abertura de novas áreas com fins agropecuários) tem por finalidade criar condições para definir de modo adequado a forma de preservação e de ocupação das áreas cobertas por vegetação nativa, inclusive no que tange à melhor utilização das áreas em que já ocorreu a conversão do solo. Nesse sentido, o substitutivo destaca que o Poder Público deve instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para a recuperação de áreas degradadas, justamente para diminuir a pressão pela abertura de novos espaços para atividades agrícolas.

2 – Áreas consolidadas

O relatório propõe também conferir tratamento diferenciado para os locais onde já são desenvolvidas atividades rurais, especialmente para diminuir a pressão decorrente da grave situação de insegurança jurídica atual. O substitutivo define área rural consolidada como “a ocupação antrópica consolidada até 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias e atividades agrossilvopastoris, admitida nesse último caso o regime de pousio”, mesmo que localizadas em APP ou de RL (art. 3º, III c/c art. 25 do substitutivo).



Saulhu

Nessas hipóteses de áreas consolidadas, entre outras, podem-se destacar as seguintes medidas previstas no substitutivo:

- a) não é permitida a expansão da área utilizada;
- b) devem ser adotadas práticas destinadas à conservação do solo e dos recursos hídricos;
- c) o imóvel deve ser cadastrado junto ao órgão ambiental estadual;
- d) as multas administrativas aplicadas terão sua cobrança suspensa;
- e) incumbe-se aos estados elaborar Planos de Regularização Ambiental, no prazo de até cinco anos, nos quais serão definidas as medidas de adequação dos imóveis rurais, de acordo com suas peculiaridades locais (aspectos distintivos da bacia hidrográfica, histórico da ocupação e uso do solo etc.) e atendendo a critérios técnicos.

3 – Reserva Legal

O substitutivo aprovado na comissão especial mantém a RL, inclusive os percentuais previstos na legislação atual (80% e 35% na Amazônia Legal e 20% para o resto do País), mas traz diversas inovações no que diz respeito a seu regime jurídico, sem prejuízo da necessidade de manutenção dos remanescentes de vegetação já existentes no imóvel, que não poderiam ser suprimidos em razão das novas regras.

As propriedades com até quatro módulos fiscais ficariam desobrigadas a cumprir as exigências relativas à RL. Já para as demais propriedades, o percentual somente se aplicaria para a área que excedesse essa extensão. Como regra geral, a definição da localização seria uma prerrogativa do proprietário, podendo os Estados definirem requisitos. Além disso, nos casos em que a mesma fosse exigível, seria admissível o cômputo das APPs no seu cálculo, desde que tais áreas estivessem conservadas ou em processo de recuperação, e que isso não implicasse a conversão de novas áreas, ou seja, que fossem proibidos novos desmatamentos.

Nas áreas consolidadas com déficit de RL, caberia às Unidades da Federação, por meio dos Planos de Regularização Ambiental, definir como seria promovida a recomposição de tais áreas, sendo viável, inclusive, a redefinição desses locais. Durante o prazo para elaboração dos planos, a averbação no Ofício de Registro de Imóveis seria feita voluntariamente pelo proprietário.

Ainda neste tema, os Estados poderiam criar fundos destinados à regularização fundiária de unidades de conservação, sendo que a participação nestes poderia ser utilizada como forma de atender à obrigação relativa à RL.

4 – Áreas de Preservação Permanente

O substitutivo aprovado mantém o instituto das APPs. Utilizando a lógica da

legislação hoje vigente, continuam previstas as faixas de preservação ao longo de cursos d'água. Nos termos do novo texto, porém, seria criada uma nova faixa de APP para cursos d'água que tenham até cinco metros de largura, cuja proteção marginal seria de 15 metros. Ainda segundo o texto, seriam trazidos para a lei novos limites, tal como ocorre nos casos de reservatórios d'água naturais e artificiais (que atualmente estão disciplinados apenas em atos infralegais).

A recomposição de APPs também seria uma das medidas inseridas no âmbito dos Planos de Regularização Ambiental, levando em consideração as peculiaridades locais (por exemplo, aspectos distintivos da bacia hidrográfica e o histórico de ocupação e uso do solo).

Enfim, todo o esforço da comissão especial, principalmente de seu relator, resultou em um texto sóbrio, mais próximo da realidade e com o objetivo de minimizar as injustiças cometidas na versão anterior, e assim promover a prática da preservação do meio ambiente. Vale lembrar que o equívoco na redação anterior não está no conceito que acertadamente aborda a biodiversidade, e, sim, na divisão das responsabilidades e na eficiência prática de sua aplicação. ■

* Especialista em Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Diário de bordo

Uma nova revolução tecnológica



Roberto Rodrigues*

A RECENTE evolução do setor sucroenergético, com a chegada ao Brasil de grandes empresas de fora investindo pesado na produção da agroenergia, vem mudando significativamente o cenário futuro de médio e longo prazo. A atividade sucroalcooleira foi, por séculos, de capital eminentemente nacional. De repente, em pouco mais de três anos, já temos 22% de capital estrangeiro nela investidos, podendo chegar a 37% até 2015. Gigantes como Dreyfus, Bunge, Cargill, ADM, Tereos, Abengoa, Amyris e Renuka, entre outras, se juntaram a esta nova onda em que entraram também fundos de investimento de diversas nacionalidades e empresas brasileiras, como a Odebrecht (através da ETH), além de importantes petrolíferas, como a Shell (associada à Cosan), a BP, a Total e a própria Petrobras (também associada à Mitsui).

Tamanha internacionalização é acompanhada por forte consolidação interna, com grupos nacionais crescentemente poderosos comprando outros e diminuindo o número de atores neste palco importantíssimo do nosso agronegócio.

Este novo ambiente indica que as multinacionais estão enxergando algo além do novo mercado interno, talvez um mercado global. Mas, além disso, há um outro tema, o da tecnologia.

Junto com as empresas que investiram na produção do etanol ou do diesel a partir da garapa, ou mesmo da novel alcoolquímica como sucedânea da petroquímica, chegam também as grandes instituições privadas de desenvolvimento tecnológico. Já vieram a Monsanto (que comprou a Canavialis, do Grupo Votorantim), a Basf (aliada ao Centro de Tecnologia de Cana-de-açúcar (CTC), em Piracicaba), a Syngenta, a Amyris e outras mais.

As novas perspectivas da sucroenergia indicam as futuras rotas tecnológicas, entre as quais estão o desenvolvimento de variedades de cana mais ricas em açúcares não cristalizáveis que também se transformem em etanol; a necessidade de mais fibras no colmo para a cogeração de eletricidade; o uso das folhas para o mesmo fim; variedades mais eretas para otimizar a mecanização do corte; variedades resistentes à seca, a pragas e a doenças; que sejam capazes de fixar nitrogênio ao solo como a soja já faz através de inoculação de bactérias específicas; que melhor absorvam os

nutrientes (unindo transgenia e nanotecnologia); e os avanços espetaculares da alcoolquímica.

Também há muita pesquisa na área da mecanização do corte, da estocagem e do transporte de etanol, temas em que as margens podem crescer muito para os atores econômicos.

Em suma, uma verdadeira revolução tecnológica está em andamento no setor, e isso é bom, especialmente para que o Brasil continue liderando o modelo mundial da agroenergia e possa levá-lo a outros países tropicais da América Latina, da África e da Ásia.

Como ficam nossas empresas nacionais de desenvolvimento tecnológico confrontadas com estes monumentais investimentos de suas concorrentes de fora? Os resultados por elas já alcançados aqui são formidáveis.

Nos últimos anos, o IAC lançou três novas variedades que podem aumentar em 30% a produtividade da cana.

A Ridesa, rede de universidades lideradas pela Ufscar, que substituiu o Planalsucar extinto no Plano Collor, anunciou em outubro passado novas variedades com igual potencial de crescimento. Aliás, 58% de toda a cana plantada no Brasil vêm desta organização primorosa.

O CTC lançou, de 2005 até hoje, cerca de 20 variedades promissoras, misturando e combinando variedade/solo/clima.

A Embrapa, com seu novo Centro de Agroenergia, está focada na sustentabilidade da produção da gramínea.

A Petrobras está também se lançando na pesquisa de cana e tem recursos e competência para avançar bastante, e rapidamente.

Portanto, há um certo congestionamento positivo no setor. Talvez fosse muito interessante uma grande coordenação entre estas instituições brasileiras, todas, para evitar duplicidade de recursos e dispersão de esforços e para que elas tenham capacidade de sustentar-se frente à avassaladora concorrência que virá, sem dúvida, com os novos agentes internacionais em desenvolvimento de tecnologia. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

A importância do Legislativo



J. Reis

Cesário Ramalho*

O CONGRESSO NACIONAL é o genuíno fórum para aprovação e legitimação das políticas públicas. É na Câmara e no Senado Federal que as propostas encaminhadas pelo Executivo, por exemplo, são referendadas.

No mais recente pleito, a Sociedade Rural Brasileira trabalhou para a eleição de parlamentares ligados ao agronegócio. Valorizar o Legislativo é estimular o fortalecimento da democracia, já que as decisões acabam sendo deliberadas pelo debate de ideias e não pelo pensamento único do Executivo.

Como resultado da evolução natural desse processo, cremos que, em breve, o Legislativo assumirá, para o bem do Brasil, papel mais representativo do que o próprio Executivo.

Foi com entusiasmo que observamos a reeleição dos principais deputados e senadores vinculados ao agronegócio, bem como a chegada de novas lideranças do setor no Congresso e de outros parlamentares, que se não têm raízes históricas com o agro, com o passar do tempo, passaram a se identificar de maneira mais próxima com o segmento.

Como núcleo da democracia e legítimo canal do cidadão com o Poder Público, o parlamento tem compromisso e responsabilidade perante aos anseios e às necessidades da nação.

Pela sua relevância econômica, social e ambiental para o desenvolvimento sustentável do Brasil, o agronegócio precisa ter espaço – condizente com o seu valor para o País – na esfera pública.

O agro, o maior negócio do Brasil, tem de ser protagonista das decisões estratégicas do governo. O setor tem de ser tratado politicamente em pé de igualdade com os benefícios que gera.

Para se ter ideia do peso do agronegócio para a economia, basta observarmos os números divulgados recentemente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

De acordo com o Mapa, o agro é responsável por 25% do Produto Interno Bruto (PIB) e um terço dos empregos. Em 2009, representou 42% das exportações, com US\$ 64,7 bilhões dos US\$ 152,2 bilhões exportados pelo Brasil.

Já segundo a Embrapa, o Brasil economizou – no cultivo de grãos – 50 milhões de hectares nos últimos 30 anos, devido ao significativo aumento de produtividade. Mesmo com números mais modestos, a pecuária também cresceu em produtividade, cerca de 87%, contra um incremento de área situado na casa dos 13%.

Entretanto, de maneira geral, o agro caminha bem, mas o produtor não. O valor de produção das 20 principais lavouras deve fechar 2010 em R\$ 166,8 bilhões. Em termos reais, o resultado é 0,92% superior aos R\$ 165,26 bilhões obtidos em 2009. Os dados também são do Mapa.

Contudo, o estudo do chamado Valor Bruto da Produção calcula o valor da produção antes de sair da fazenda, sem levar em conta custos de transporte e inflação. Sendo assim, por exemplo, os prejuízos resultantes da deficiente infraestrutura – que corrói a renda do produtor – não são computados. Isso, de certo modo, passa um verniz de rentabilidade em uma situação, que na ponta do lápis não é tão positiva.

O agronegócio está passando por grandes transformações, sendo a principal delas a inclusão da sustentabilidade como atributo indispensável para o presente e o futuro.

A sociedade cobra produtos seguros e com qualidade, que sejam feitos com sustentabilidade. A questão ambiental – intrínseca à realidade do agro – entrou na agenda para não mais sair. O debate público em relação ao tema será cada vez mais acentuado. Sabemos que é perfeitamente necessário e viável equilibrar produção com proteção. Precisamos comunicar melhor que sabemos isso.

Os desafios serão cada vez maiores e exigirão discurso único e esforço concatenado de todos os agentes representativos do setor, sejam eles da iniciativa privada, da sociedade civil ou autoridades. E para que este objetivo seja alcançado é que contamos com os parlamentares, que representam a classe e o produto rural. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Investimentos e compras de terras por estrangeiros



João Sampaio*

NÃO É PRERROGATIVA BRASILEIRA misturar políticas públicas com ideologia, mas é marcante nossa capacidade de cozinhar dentro do caldo ideológico temas importantes para o desenvolvimento econômico e tecnológico do País. Um exemplo recente foi a discussão envolvendo a liberação do cultivo agrícola de produtos transgênicos no Brasil. Depois de anos de argumentos nem sempre razoáveis, atrasamos o uso da tecnologia no plantio de culturas imprescindíveis para o equilíbrio do mercado interno e exportador até que foi criada a Comissão Nacional Técnica de Biossegurança (CNTBio), que morosamente tem liberado pontualmente algumas culturas. No caso de investimentos e compras de terras por estrangeiros, a pauta é ainda mais complicada.

Em agosto deste ano, a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu parecer sobre o assunto, o qual foi aprovado pelo presidente da República, limitando a venda de terras brasileiras a estrangeiros ou empresas brasileiras controladas por estrangeiros a cinco mil hectares no máximo. A soma das áreas rurais controladas por estrangeiros também não poderá ultrapassar 25% da superfície do município. O parecer fixa nova interpretação para a Lei nº 5.709, de 1971. A AGU tomou como base o princípio da soberania nacional aplicado à ordem econômica e o artigo 171 da Constituição de 1988, que trata do conceito de nacionalidade das empresas.

A AGU afirmou que a medida é necessária para preservar o “controle nacional” sobre a propriedade de terras. As compras de terras serão registradas em livros especiais nos cartórios de imóveis, devendo ser comunicadas trimestralmente à Corregedoria de Justiça dos Estados e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Aquilo que já foi adquirido fica preservado, não sendo possível novas aquisições além desse limite.

Se empresas estrangeiras ou que tenham a maior parte do seu capital vindo de fora não podem adquirir ou ser donas de terras, além

do percentual estabelecido, muitas transações financeiras do agronegócio tornam-se inviáveis. É o caso de negociações de *tradings* de grãos com produtores, que nos adiantamentos costumam ter a propriedade como garantia. A maioria delas é estrangeira e não pode incorporar mais terras em caso de inadimplência. Como ficam estas relações com a alteração? Qualquer ação judicial pode criar um enorme obstáculo para este tipo de transação que é o mais comum nas regiões produtoras de soja e milho do Brasil.

Pode ser interessante a criação de regras para as aquisições de terras por investidores estrangeiros. O que me parece imaturo é criar restrições em cima de uma legislação antiga, elaborada com base na segurança nacional. O limite dentro das áreas de fronteira faz sentido, mas, no restante, acaba colocando em risco a capacidade de atrair investimentos. Antes de tudo, novas regras devem prever dois tipos de investidores: a compra de terras por fundos privados internacionais e aquelas feitas por empresas estatais de outros países. Neste último caso, além das regras e restrições, as negociações precisam envolver contrapartidas comerciais.

Se antes os grupos estrangeiros eram vistos com temor especulativo, hoje o tema está ultrapassado, mesmo porque muitas empresas e fundos que aqui vieram focaram suas atividades na produção agrícola, investiram em infraestrutura e logística e são atuantes na área comercial. Estimativas do mercado apontam que há no mundo US\$ 20 bilhões para investimentos em terras agrícolas, dos quais US\$ 5 bilhões viriam para o Brasil.

O Brasil está entre os países com as maiores fronteiras agrícolas do mundo, com terras disponíveis, clima e tecnologia para agricultura tropical. Esses fatores resultam num potencial produtivo inigualável e, portanto, grande atrativo para investidores e oportunidade de desenvolvimento econômico. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preço médio de colheitadeiras em outubro de 2010 (R\$/unidade)

COLHEITADEIRAS	Modelo	São Paulo	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso
Massey Fergusson	MF 32	330.000,00	347.000,00	360.000,00	360.000,00
Massey Fergusson	MF 34	450.000,00	450.000,00	500.000,00	500.000,00
Massey Fergusson	MF 9690	460.000,00	470.000,00	550.000,00	550.000,00
New Holland	CR 9060	630.000,00	635.000,00	650.000,00	720.000,00
New Holland	CS 660	520.000,00	490.000,00	530.000,00	560.000,00
New Holland	TC 5090	400.000,00	445.000,00	420.000,00	470.000,00
New Holland	TC 5070	305.000,00	345.000,00	330.000,00	420.000,00
Valtra	BC 6500	530.000,00	560.000,00	620.000,00	550.000,00
Valtra	BC 7500	600.000,00	630.000,00	680.000,00	640.000,00
Valtra	BC 4500	350.000,00	360.000,00	350.000,00	360.000,00
Jonh Deer	1175 HY	340.000,00	300.000,00	365.000,00	355.000,00
Jonh Deer	9470	500.000,00	560.000,00	535.000,00	498.000,00

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de tratores em outubro de 2010 (R\$/unidade)

TRATORES	Modelo	São Paulo	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso
Massey Fergusson	MF 4292/4	100.000,00	116.000,00	113.000,00	113.000,00
Massey Fergusson	MF 7140/4	122.000,00	150.000,00	140.000,00	145.000,00
Massey Fergusson	MF 7370/4	180.000,00	180.000,00	210.000,00	181.000,00
New Holland	7030	158.000,00	171.000,00	160.000,00	180.000,00
New Holland	7040	167.000,00	180.000,00	175.000,00	198.000,00
New Holland	7060	210.000,00	225.000,00	220.000,00	240.000,00
Valtra	BM 125-4	122.000,00	125.000,00	125.000,00	133.000,00
Valtra	BM 185-4	176.000,00	190.000,00	190.000,00	215.000,00
Valtra	BM 205-4	205.000,00	210.000,00	223.000,00	224.000,00
Jonh Deer	7715	215.000,00	215.000,00	230.000,00	219.000,00
Jonh Deer	7815	230.000,00	245.000,00	255.000,00	238.000,00
Jonh Deer	8430	375.000,00	350.000,00	400.000,00	385.000,00

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de arados (discos e aivecas) em outubro de 2010, referência São Paulo (R\$/unidade)

ARADOS	Modelo	Discos	Potência (CV)	Preço
TATU	AFL - 3	3	50-60	5.334
TATU	AFL - 4	4	70-80	5.460
TATU	AFL - 5	5	85-95	6.510
SANTA IZABEL	AF 328	3	65	4.100
SANTA IZABEL	AF 428	4	75	4.790
SANTA IZABEL	AF 526	5	100	5.350
AIVECAS	Modelo	Aivecas	Potência (CV)	Preço
TATU	FIXO AAH	3	75-85	3.030
TATU	FIXO AAH	4	90-100	4.500
TATU	FIXO AAH	5	105-120	5.800

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja o exemplo de um produtor de Mato Grosso que decide financiar uma colhedeira pelo programa Moderfrota

O produtor, em outubro de 2010, comprou uma colhedeira New Holland, modelo TC 5090, cujo preço é R\$ 470.000 em Mato Grosso. Ele financiou R\$ 376.000*, pois deu uma entrada de 20% (R\$ 94.000). O prazo de pagamento é de cinco anos. A amortização é semestral, com a primeira parcela vencendo em janeiro de 2011. A taxa de juros para esta modalidade de financiamento é de 9,5% ao ano. No final do financiamento o produtor terá pago R\$ 555.905,30 pela colhedeira.

* R\$ 470.000 – R\$ 94.000 (20% de entrada)

Data de Vencimento	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação	Parcela
15/01/2011	376.000,00	37.600,00	7.363,35	44.963,35	1
15/07/2011	338.400,00	37.600,00	15.577,32	53.177,32	2
15/01/2012	300.800,00	37.600,00	14.081,30	51.681,30	3
15/07/2012	263.200,00	37.600,00	12.184,16	49.784,16	4
15/01/2013	225.600,00	37.600,00	10.560,97	48.160,97	5
15/07/2013	188.000,00	37.600,00	8.654,07	46.254,07	6
15/01/2014	150.400,00	37.600,00	7.040,65	44.640,65	7
15/07/2014	112.800,00	37.600,00	5.192,44	42.792,44	8
15/01/2015	75.200,00	37.600,00	3.520,32	41.120,32	9
15/07/2015	37.600,00	37.600,00	1.730,81	39.330,81	10
Total		376.000,00	85.905,39	461.905,39	
Total pago: R\$94.000,00 (entrada) + R\$ 461.905,30 (financiamento) = R\$ 555.905,30					

Produção agrícola brasileira

Produção brasileira de grãos (mil toneladas)

Produção	2007/08	2008/09	2009/10 ¹ (A)	2010/11 ²		Variação [%]	
				Limite inferior (B)	Limite superior (C)	(B/A)	(C/A)
Algodão - caroço	2.504,7	1.890,6	1.843,1	2.432,5	2.577,7	32,0	39,9
Amendoim total	303,1	300,6	226,0	219,7	222,9	-2,8	-1,4
Amendoim 1ª safra	256,2	246,1	191,9	183,9	187,1	-4,2	-2,5
Amendoim 2ª safra	46,9	54,5	34,1	32,8	35,8	-3,8	5,0
Arroz	12.074,0	12.602,5	11.260,3	12.057,5	12.267,3	7,1	8,9
Aveia	230,2	232,2	244,1	337,2	337,2	38,1	38,1
Canola	-	-	42,2	60,7	60,7	43,8	43,8
Centeio	4,9	6,1	4,8	2,8	2,8	-41,7	-41,7
Cevada	264,7	237,0	201,4	267,2	267,2	32,7	32,7
Feijão total	3.520,9	3.490,6	3.265,1	3.394,3	3.427,4	4,0	5,0
Feijão 1ª safra	1.243,1	1.344,5	1.463,1	1.488,6	1.521,7	1,7	4,0
Feijão 2ª safra	1.445,5	1.371,6	1.022,8	1.140,3	1.140,3	11,5	11,5
Feijão 3ª safra	832,3	774,5	779,2	765,4	765,4	-1,8	-1,8
Girassol	147,1	109,4	80,6	104,0	104,0	29,0	29,0
Mamona	123,3	92,5	100,6	126,0	126,0	25,2	25,2
Milho total	58.652,2	51.003,9	56.048,5	51.837,2	52.410,8	-7,5	-6,5
Milho 1ª safra	39.964,1	33.654,9	34.079,1	30.534,7	31.108,3	-10,4	-8,7
Milho 2ª safra	18.688,1	17.349,0	21.969,4	21.302,5	21.302,5	-3,0	-3,0
Soja	60.017,7	57.165,5	68.688,2	67.642,4	68.896,4	-1,5	0,3
Sorgo	1.985,5	1.934,9	1.624,2	1.645,8	1.645,8	1,3	1,3
Trigo	4.097,1	5.884,0	5.026,2	5.444,9	5.444,9	8,3	8,3
Triticale	211,9	184,7	172,1	148,7	148,7	-13,6	-13,6
Brasil³	144.137,3	135.134,5	148.827,4	145.720,9	147.939,8	-2,1	-0,6

1 Preliminar; 2 Estimativa; 3 Exclui produção de algodão em pluma. Fonte: Conab

Produção agrícola brasileira

Safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
Algodão em pluma							
2004/05	525,0	1298,7	37,6	1861,3	945,9	391,0	524,4
2005/06	524,4	1037,8	81,6	1643,8	983,4	304,5	355,9
2006/07	355,9	1524,0	96,8	1976,7	990,0	419,4	567,3
2007/08	567,3	1602,2	33,7	2203,2	1009,2	532,9	661,1
2008/09	661,1	1213,7	14,5	1889,3	970,6	504,9	413,8
2009/10	413,8	1194,1	70,0	1677,9	1017,0	417,0	243,9
2010/11	243,9	1606,7	200,0	2050,6	1058,5	435,0	557,1
Milho							
2004/05	7.801,7	35.006,7	597,0	43.405,4	39.200,0	1.070,0	3135,4
2005/06	3.135,4	42.514,9	956,0	46.606,3	39.829,7	3.938,0	2838,6
2006/07	2.838,6	51.369,9	1.095,5	55.304,0	41.829,8	10.933,5	2540,7
2007/08	2.540,7	58.652,3	808,0	62.001,0	44.288,2	6.400,0	11312,8
2008/09	11.312,8	51.003,8	1.132,9	63.449,5	44.279,1	7.765,4	11405,0
2009/10	11.405,0	56.048,6	300,0	67.753,6	45.821,0	9.500,0	12432,6
2010/11	12.432,6	52.123,9	400,0	64.956,5	46.500,0	8.000,0	10456,5
Soja em grãos							
2004/05	4.522,2	52.304,6	368,0	57.194,8	32.025,0	22.435,1	2734,7
2005/06	2.734,7	55.027,1	48,8	57.810,6	30.383,0	24.957,9	2469,7
2006/07	2.469,7	58.391,8	97,9	60.959,4	33.550,0	23.733,8	3675,6
2007/08	3.675,6	60.017,7	96,3	63.789,6	34.750,0	24.499,5	4540,1
2008/09	4.540,1	57.161,6	100,0	61.801,7	32.564,0	28.562,7	675,0
2009/10	675,0	68.688,2	200,0	69.563,2	36.300,0	29.408,0	3855,2
2010/11	3.855,2	68.269,4	100,0	72.224,6	37.090,0	30.200,0	4934,6
Trigo							
2004/05	1.359,8	5.845,9	4.971,2	12.176,9	9.803,0	3,5	2370,4
2005/06	2.370,4	4.873,1	5.844,2	13.087,7	10.231,0	784,9	2071,8
2006/07	2.071,8	2.233,7	7.164,1	11.469,6	9.600,0	19,7	1849,9
2007/08	1.849,9	4.097,1	5.926,4	11.873,4	9.618,0	746,7	1508,7
2008/09	1.508,7	5.884,0	5.676,4	13.069,1	9.863,0	351,4	2854,7
2009/10	2.854,7	5.026,2	5.922,2	13.803,1	10.214,0	1.170,4	2418,7
2010/11	2.418,7	5.444,9	5.300,0	13.163,6	10.249,0	700,0	2214,6

Fonte: Conab

Produção agrícola brasileira

Produção (mil t)
Área (mil ha)

